



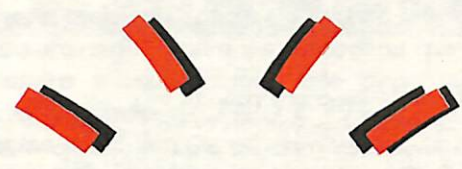
CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04

G E S T Ã O
TransFORMAÇÃO

i o r n a l d o
P S I C Ó L O G O

BELO HORIZONTE, ANO 14 • Nº 58
AGOSTO / SETEMBRO 1997

O campo Jurídico e Psicologia
Entrevista com o Juiz Dyrceu Cintra



João Batista de
Mendonça Filho nos
traz uma reflexão
sobre os saberes
alternativos.
Em *Idéias*.
Pág. 5

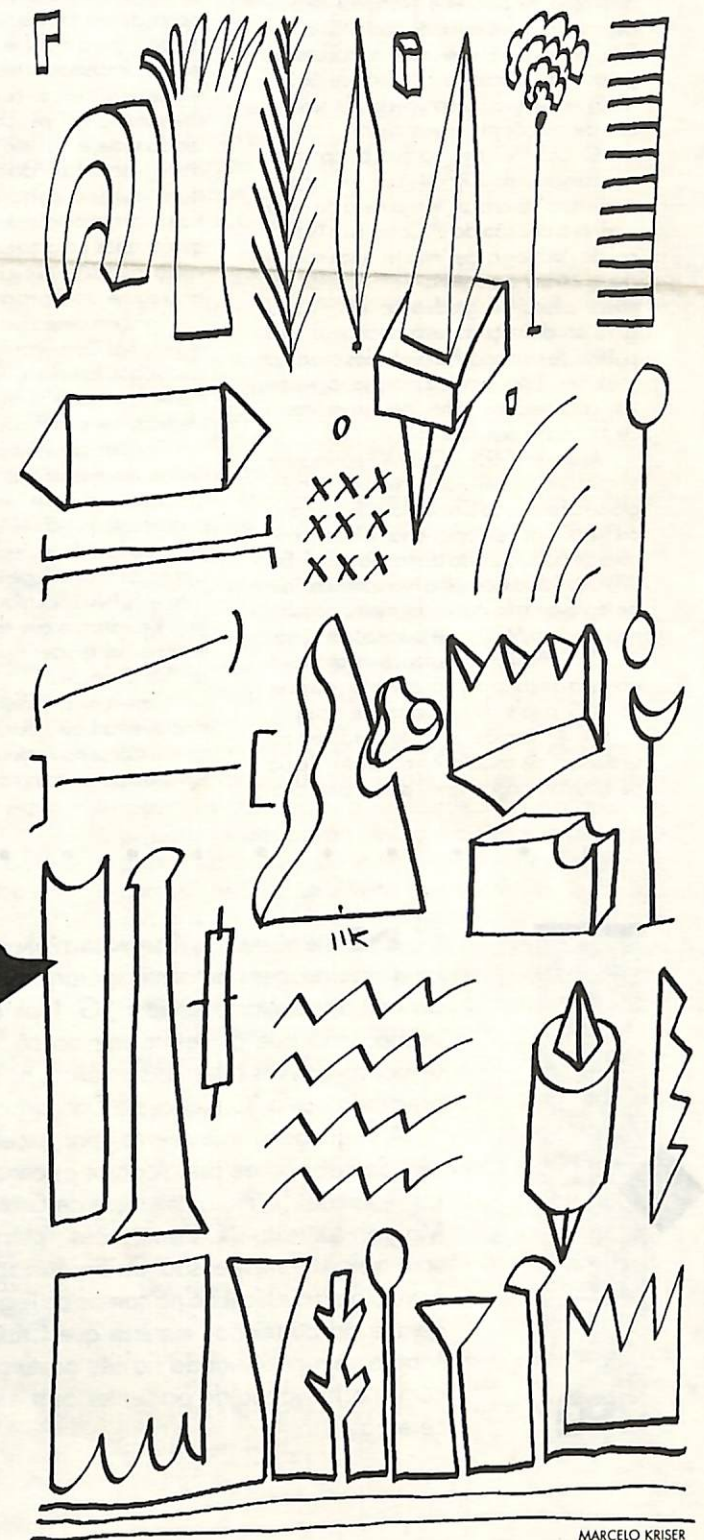
Psicomotricidade,
Educação e
Aprendizagem são
abordados em texto
de Suzana Cabral.
Em *Idéias*.
Pág. 11



A Psicologia na
Polícia Militar.
Em *Diversidade*.
Pág. 15



A "Última Cena"
de Léa Porto.
Em *Memória*.
Pág. 16



MARCELO KRISER

No dia 29 de agosto passado, o prefeito de Betim, Jéus Lima, sofreu um atentado. Alvejado com cinco tiros à queima-roupa, ele foi internado, em estado grave, no CTI do Hospital Público de Betim. Um mês após o atentado ele reassumiu o cargo. O CRP-04 manifestou sua solidariedade ao prefeito através de ofício enviado ao seu gabinete, cujo teor é o seguinte: "O Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região vem, através deste, hipotecar sua solidariedade ao Prefeito Jéus Lima, vítima de um covarde atentado, quando participava da abertura do Congresso Municipal de Educação de Betim. A escalada da violência urbana está atingindo níveis absurdos. E as circunstâncias deste crime causaram em todos nós espanto e indignação. Foi atingido um homem público sério e comprometido com o desenvolvimento de seu município e o bem estar da população, que o escolheu para o cargo. Na expectativa da apuração do atentado e punição dos criminosos, reiteramos o nosso apoio e solidariedade, na certeza de que o Prefeito terá força e saúde para vencer mais esta luta."

Novo curso de Psicologia

Os pedidos de criação e implantação de cursos da área de saúde, dentre os quais se insere a Psicologia, são dirigidos ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, devendo ser submetidos à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde, quanto à necessidade social do curso. Este, por sua vez, determina a inclusão do parecer do Conselho Estadual de Saúde (CES) respectivo, no processo de solicitação de criação de novos cursos.

O CES-MG tem na sua composição representante do CRP-04, que, no tocante à abertura de cursos, tem defendido arduamente a decisão do III Congresso Nacional de Psicologia de "manter e intensificar a luta contra a abertura, sem critérios, de novos cursos de graduação em Psicologia", condicionando esta decisão a uma política de acompanhamento dos cursos já existentes. Estes, em sua maioria, apresentam consideráveis falhas no seu processo de formação profissional.

Assim, em 1995, o CES-MG posicionou-se contrário à abertura do curso de Psicologia pela Fundação Comunitária Tricordiana de Três Corações, após análise das condições de mercado e da demanda social. Em 27/09/95, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a criação do curso, encaminhando-o ao MEC, que autorizou o curso.

O CRP-04 manifestou-se contrário à abertura do curso acima enviando parecer ao CNS, cujo texto reproduzimos a seguir.

"A 4ª Região é a terceira região formadora de psicólogos no Brasil - cerca de 800 formandos/ano. Isto, a curto pra-

zo, significa uma superpopulação de psicólogos que não é absorvida pelo mercado de trabalho. Além desse fato, preocupa-nos sobremaneira a proliferação desordenada destes mesmos profissionais em toda nossa jurisdição.

Segundo parecer do Conselho Federal de Psicologia e da Federação Nacional de Psicólogos, pode-se notar determinados agravantes para os acontecimentos acima:

a) Uma das causas da precariedade e fragilidade no trabalho do psicólogo tem origem preponderantemente na formação acadêmica, que em sua maioria é realizada em instituições isoladas de ensino e nas universidades privadas, responsáveis por mais de 80% dos formandos de Psicologia;

b) A quantidade de psicólogos que se vem formando é incompatível com a demanda do mercado e com as necessidades sociais, o que mais uma vez contribui para o rebaixamento profissional, pois o psicólogo acaba percebendo mínimos salários ou rendimentos;

c) No Brasil, 108 instituições formam profissionais em Psicologia, sendo 75 privadas, 23 federais, 08 estaduais e 02 municipais, sendo que na região sudeste estão concentradas 60 dessas instituições (55,5%). Em Minas Gerais são 08 instituições privadas e 04 públicas, num total de 12 (11,1%), num universo de 64,8% que perfazem os 4 estados que concentram o maior número de escolas: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul;

Os dados retirados do estudo deste parecer demonstram uma concentração desproporcional desses profissionais na região sudeste do país (para mais) e na região norte (para menos). Podemos considerar alto em todas as regiões o número de psicólogos por habitante, chegando a 981 pessoas para 1 psicólogo na região sudeste. Por isso, a maior contribuição das agências formadoras tem sido, no momento, o aumento do já saturado mercado de trabalho, diminuição da oferta de profissionais qualificados para novos campos de trabalho como a saúde pública e aumento do subemprego e do desemprego.

Também deve-se levar em conta que só se registra nos Conselhos Regionais a metade dos psicólogos formados. Isto quer dizer que somente a metade se credencia para exercer efetivamente a profissão.

Consideramos ainda que no sul de Minas, região em que se localiza a cidade de Três Corações, já existe um curso de Psicologia pertencente à UNIFENAS, além dos oferecidos pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Ensino Superior, também em Juiz de Fora e FUNREI, localizada em São João Del Rey. Ressaltamos que estas 3 instituições localizam-se em regiões muito próximas à cidade de Três Corações."

Lamentamos, profundamente, que as instâncias estaduais - Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Regional de Psicologia - não tenham sido ouvidas.

Espírito Santo, iluminaí

Há alguns anos, um conflito se instalou entre as profissões de Psicólogo e a de Administrador de Empresas, na área de recursos humanos, notadamente, nos campos de recrutamento e seleção de pessoal. Trata-se de área que comumente é chamada de "cinzenta" por comportar interfaces e possibilidades de atuação de mais de uma profissão.

O bom senso, assim como o ideal democrático, nos recomenda que conflitos dessa natureza devam ser resolvidos, antes de tudo, por negociações onde os argumentos de ambas as partes são explicitados e sustentados, visando a resolução dos mesmos. Via de regra, isso se dá, quando esses argumentos são legítimos, transparentes e justos. Além, é óbvio, da boa vontade necessária para a superação do impasse.

Infelizmente, não parece ser este o caso do Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo que, ao invés de investir da via da negociação com o CRP-04 vem fomentando o conflito ao tentar, sistematicamente, "enquadrar", através de "fiscalizações", as empresas constituídas por psicólogos que funcionam naquele estado. Usam o argumento de que o objeto de trabalho dessas empresas - recrutamento e seleção de pessoal - seriam privativas da função do Administrador e que portanto estariam funcionando irregulares. Além do que - pasmem - emitindo "autos de infrações" em que cobram, a título de "infringência", quantias que chegam a dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais!!!

A profissão de Psicólogo no Brasil foi regulamentada pela Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Decreto 53.464, de 21 de janeiro de 1964), que dispõe no parágrafo 1º de seu Artigo 13º: "Constitui função privativa (grifo nosso) do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de ajustamento".

A profissão de Administrador foi regulamentada pela Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965 (Decreto 61.934, de 22 de dezembro de 1967), que dispõe em seu Artigo 2º: "A atividade profissional de Administrador será exercida, como profissional liberal ou não, mediante: a) ...; b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração e seleção de pessoal (...)" A palavra privativa somente aparece no Artigo 3º, quando dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador, qualificando quem está habilitado para ter este exercício, que é o mínimo que se espera de uma lei que regulamenta uma profissão.

Portanto, somente a Lei 4.119 se utiliza da expressão privativa, ao se referir à descrição dos métodos e técnicas utilizadas pelo profissional Psicólogo.

Ademais, a referida expressão "seleção de pessoal" é remissiva, na verdade, à Psicologia, pois para toda seleção de pessoal são utilizados métodos e técnicas da Psicologia. Não parece possível fazer seleção de pessoal (ou profissional, para utilizarmos a expressão do Artigo 12 da Lei 4.119), sem a utilização de técnicas e métodos privativos do Psicólogo.

Assim sendo, seleção de pessoal é, em essência, atribuição de profissionais da Psicologia. Se Administradores o fazem, é através da Psicologia.

Por isso, lamentamos o equívoco do CRA-ES ao querer obrigar psicólogos - que trabalham na área de Recursos Humanos - a se inscreverem no mesmo, como se isso fosse caracterizar a legitimidade do ato profissional do psicólogo. Não cabe à uma profissão exercer a fiscalização sobre outra e sim oferecer denúncia, se for o caso, por exercício ilegal da profissão.

Portanto, as pessoas físicas e jurídicas, no exercício legítimo da Psicologia, que trabalham com recrutamento e seleção de pessoal, não devem se submeter, em hipótese nenhuma, à fiscalização do CRA. Muito menos, se sentir obrigadas a se inscreverem no mesmo.

O CRP-04 está atento e convocará, brevemente, as pessoas físicas e jurídicas nele inscritas e domiciliadas no Espírito Santo para uma reunião onde, conjuntamente, encaminhará as ações possíveis e necessárias, para fazer frente ao cerceamento dos direitos profissionais dos Psicólogos ao seu campo de trabalho.

VIII Plenário - Gestão TransFORMAÇÃO

Neste número, o JP se mostra "afinado com as linguagens da contemporaneidade" ao nos apresentar o escritor J.G. Noll e a interlocução que o mesmo faz do código verbal com outros sistemas semióticos no seu premiado conto "O Cego e a Dançarina".

A linguagem, instrumento, por excelência, do trabalho de psicólogos e psicanalistas, é também o maior interesse de Cristina Magro. O texto "Conversações" permite uma melhor compreensão da aproximação entre biologia e filosofia no campo da linguagem e da cognição, matéria que Cristina Magro vem trabalhando no seu doutorado com a observação de pacientes com lesão cerebral.

"É a possibilidade de desejar e de inscrever e expressar em linguagem os fatos da interrelação humana, que caracteriza o ser humano" na opinião de Susana Cabral. Ela desenvolve este ponto de vista ao abordar a "Psicomotricidade, Educação e Aprendizagem".

Por outro lado, o JP, atento aos mais recentes e impactantes fatos sociais discute a relação da Psicologia e a Polícia Militar com a chefe da equipe de psicólogos do Hospital Militar. As causas do aumento da violência policial e o movimento grevista são analisados de um ponto de vista psicológico.

E a mesma realidade de problemas e contradições é também abordada na entrevista

ta com o juiz Dirceu Cintra. Ele fala sobre o seu conceito de justiça e a subjetividade do próprio juiz; sobre o tratamento jurídico dado ao louco; comenta a lei antimanicomial em tramitação no Congresso Nacional ressaltando os interesses de classe que tem impedido a sua aprovação. E faz ainda a defesa da Psicologia Jurídica.

A reflexão de João Batista de Mendonça Filho sobre os saberes alternativos é uma importante contribuição da Academia à discussão desse tema. O autor nos pergunta: emergência de uma prática ou de uma denúncia? Vale a pena conferir, para responder.

Comissão Editorial

Fernanda Ottoni • Mariana Mendonça • Ricardo Moretzsohn

R

O vôo intersemiótico das palavras em

de João Gilberto Noll

O escritor João Gilberto Noll, 50 anos, gaúcho de Porto Alegre, é um dos maiores ficcionistas brasileiros contemporâneos. Exaltado pelos críticos e objeto de várias teses de mestrado e doutorado, entre os docentes que trabalham com literatura e psicanálise, ele produziu uma profícua obra no período de 1980 a 1996. Recebeu o prêmio "Revelação em Literatura" (1980) da Associação Paulista de Críticos de Arte com o conto "O Cego e a Dançarina". É sobre este conto o trabalho da professora Marli de Oliveira Fantini Scarpelli, do Departamento de Semiótica e Literatura da Faculdade de Letras da UFMG.

Marli de Oliveira Fantini Scarpelli

Afinado com as linguagens da contemporaneidade, J.G. Noll promove a interlocução do código verbal com outros sistemas semióticos no conto "O cego e a dançarina" (1). Errante, desértico e estéril como "um pássaro mudo preso em gaiola", o narrador anuncia a falência da narrativa e do processo de enunciação tradicionais. A imagem que enforma esse impasse é o revôo desenfilado de pássaros que deslizam por vácuos, espaços vazios e sem destinação. Sem alcance, os vôos e as palavras – como rizomas – condenam-se à irrefreável proliferação, à voragem da procura e à luta contra a dissolução. É assim que o conto não pára de circular em torno de um "fato cruento", de explicações que nunca explicam, de analogias que não fecham. A recursividade é o primeiro estruturador dessa poética desterrante. Um vôo que revoa no sem-lugar duma "pátria sem fronteiras" "é deslocado sempre pela voracidade de um eterno retorno em torno de um nada. O primeiro parágrafo do conto se ocupa em explanar os meios pelos quais o narrador-protagonista tentará sobreviver à volatilização a que o obsolescimento de seu ofício – construir narrativas e cenários que dêem conta de representar a vida em seu fluxo – o condena: "Não sei explanar melhor sobre isso porque aconteceu um fato que é mais voraz do que as palavras em pássaro. Um fato que exaure todas as possibilidades".

O narrador tradicional de Benjamin trata exemplarmente de suas próprias e mais importantes vivências. A narrativa que nasce da experiência pessoal de quem narra ou da relatada por outros, faz o objeto do conhecimento mergulhar na vida do narrador para depois retirá-la dele (2). Diferentemente, o narrador de Noll não expressa vivências, e seu conto é destituído de epicidade. Mesmo porque tudo que se acha sob seu foco se esvai na imediatidade de pequenos e perecíveis flashes. O único suporte da narrativa é um olhar sobre o outro – um vôo cego lançado sobre cenas e corpos em movimento e, assim, incapturáveis. Sem experiência narrável, ele está fadado à repetição do mesmo que não se deixa fixar e não provoca a diferença desejada. Sem eira nem beira, este agônico narrador nada ganha nesse jogo de captura.

Especializados, os fatos não têm duração nem profundidade. Existindo somente na superfície reversível de um espaço instantâneo, com duração análoga ao fulgor dum lance de olhos, os fatos não ganham corpo ou consistência. O *simultaneísmo* que tenta capturar o "sendo" do objeto da enunciação, resta como um *simultaneísmo* de linguagens. Que também falha enquanto tentativa de representação realista: "a mulher pensa que dança mas está apenas aturdida por vermes e o adolescente pensa que olha uma mulher que deseja mas de fato olha a mancha rosa suada que dança na sua quase cegueira" (3).

A multiplicidade do foco do sujeito do conhecimento em seus infundáveis desdobramentos; a imagética do interior sendo feita pelo exterior; o (des)controle sobre o cenário e personagens, que, transmutantes, escapam ao dedilhar da máquina, fazem da narrativa um lugar de errância. Impotente diante dessa voragem, o sujeito do discurso reconhece a insuficiência de sua palavra enunciativa, que "se parece mais com a música do que com a comunicação verbal". Mas, como o dedilhar da máquina de escrever não acompanha o fluxo temporal da música, nem a simultaneidade com que o real opera os fatos, o narrador busca na câmera cinematográfica, o amparo para, não representar, mas mostrar, pôr em cena o movimento, a musicalidade, a visibilidade, tais

como operam dialogicamente no real.

O resultado é um desdobramento cênico, uma espécie de *making off* que fornece a imagem do *constructo* narrativo do texto se fazendo; e que dá a ver a superposição de imagens especularizantes; a presença ainda de um narrador-cineasta encenando os fatos e tentando, ao mesmo tempo, exercer controle sobre a própria criação. Cenários dentro de cenários: arquitetura dialógica e inacabada, fazendo aparecer a crise de representação.

"Por isso de uns tempos para cá o cinema me tem seduzido tanto, pois ele não seria uma espécie de pele naturalista sem vôos musicais (embora tantos filmes neguem isso)? Quería olhar e registrar com uma câmera paciente que aguardasse os sinais visíveis dos vermes e da cegueira."

Enquanto o narrador fala do que procura, mas que não logra descrever, o objeto da enunciação desaparece de seu foco, produzindo o vácuo, a lacunidade no olhar, na voz, no corpo "pátria sem fronteiras": "Mas a dançarina verminosa e o adolescente cego desapareceram enquanto eu fiquei aqui matutando sofismas (...) E ficaram para trás os sofismas acerca das palavras em pássaro e da pele naturalista do cinema" (4). Dessa forma "o cruento" que tanto angustia o enunciatador e do qual ele fala recorrentemente não refere o objeto da enunciação, mas antes a própria enunciação. Fere sobremaneira o narrador cuja falibilidade é metaforizada no tiro de misericórdia que lhe é desferido pelo protagonista – o adolescente bastardo e cego –, descontente com a ineficácia desse pai textual.

A tentativa de superação do impasse criado com o uso do termo "pós-moderno" e seus derivados leva Lyotard (5) a buscar uma terminologia capaz de contemplar as narrativas desse final de milênio. "Re-escrita" da modernidade parece-lhe um termo menos periodizado ou totalizante do que "pós-modernidade". Algo próximo da apreensão e do reconhecimento de um "sendo", que seja "aqui e agora": sem historicidade, sem limites, sem intenções totalizantes. Não lembranças ou causas, mas o corte, o recorte, a reescrita perpétua, a escrita reescrevendo-se. Algo como as "micrologias" de Adorno, as "passagens" de Benjamin.

Como único fio condutor dessa linguagem, o filósofo sugere a associação livre, a "perlaboração" freudiana, recurso que teria a capacidade de aliar aleatoriamente fragmentos de frase, unidades atomizadas, que se deixariam conduzir, não pela razão ordenadora, mas pelos sentimentos. Não haveria, nesse caso, resgate, nem análise, nem chance, portanto, para teleologias. Nessa poética, reescrever é registrar. Descrever enformando a cena enquanto ela se forma. Um "abrir-se a", o deixa aparecer as coisas tais como se apresentam. É assim que, indispondo-se contra a legitimação do saber, as certezas, futurologias, determinismo, utopia, metafísica, paradoxos, repetição, paradigmas tão caros às narrativas do século XIX, o filósofo propõe a paralogia, a desestabilização do saber, os lances ou jogos de linguagem, o acaso, a incerteza, as pequenas narrativas, os fractais, tensões, mobilidade, diferença.

Recorto duas marcas dessa estética contemporaníssima: uma, na ordem da sintaxe, ou melhor, da *parataxe*: relações contíguas, cruzamento de unidades atomizadas, rendilhamentos abertos e abrindo-se em infundáveis fios aptos para novas texturas. Cenas, ima-

gens, palavras paralelas, na sempre iminência de se tocar, relação quase.

Uma outra marca – a delinearização e a atopicidade resultantes da primeira – põe em crise noções como origem, identidade e representação. Crise que coloca o sujeito frente a frente com a imediaticidade, com um "agora", que, arrastado pelo fluxo de consciência, pelo curso dos acontecimentos, "não pára de se dissipar" (6).

Penso nas cenas e palavras dançarinas de João Gilberto Noll. Emblemáticas no "mambo", que se repete indefinidamente, elas giram constelar e recorrentemente em torno de um não-lugar, de um sem-sentido, acabando por esvaziar-se na repetição. Repetição obviamente irônica, pois que a letra dessa música, ao colocar o sujeito enunciatador naquele cenário desterrante – o sem-lugar da "pátria sem fronteiras" – condena-o à estraneidade, ao exílio.

"Uma pátria sem fronteiras" é eu estar aqui quase esquecendo o que estou olhando e vendo uma paisagem que lembra o revólto Sul dos Estados Unidos num filme quem sabe de Elia Kazan sobre um roteiro de Tennessee Williams. (7).

O uso de música e de recursos fílmicos dá um trato intersemiótico à construção narrativa. O revôo do pássaro é a imagem da enunciação, que, no inútil afã de capturar e traduzir o objeto do discurso, esbate-se em vôos vãos de uma realidade inapreensível, incapturável, evanescente. Consciente da precariedade e obsolescência de sua função enquanto voz narrativa e dos limites do código verbal, o narrador incorpora, à sua palavra – sempre esgueirante –, recursos sonoros, plasticidade, intermitências, mudança de foco, recursividade. E, no seu agônico expediente de dar a ver o fato representado, alia à linguagem recursos cinematográficos: relação analógica entre o olhar e a câmera, entre personagens/cenário/ação do conto e os filmes emblemáticos da tradição hollywoodiana.

Malgrado o empenho, as imagens e os fatos se esboroam no sem-lugar da "pátria sem fronteiras" do cenário ficcional, que, além de móvel e efêmero, se sabe – enquanto décor – construção artificial, em cuja superfície deslizante, a realidade não tem como se sustentar. A dissipação cênica é análoga à da linguagem. Pela percepção metapoética e desoladora do conto, o final dessa história de impotência do código verbal e da falibilidade dos procedimentos ficcionais equivale ao tiro desferido pelo adolescente no narrador. Este define sem, contudo, perder a aguda consciência de que, sem o concurso de outros códigos, estarão ele e sua narrativa condenados à morte, como sugere o desenlace do conto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1, NOLL, J. Gilberto. *O Cego e a dançarina*. Porto Alegre; São Paulo: L&PM, 1980.
- 2, BENJAMIN, Walter. *O narrador: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Pouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 3, NOLL, Op. cit. p. 133
- 4, Idem, p. 134
- 5, LYOTARD, Jean-François. *Reescrever a modernidade. O inumano: considerações sobre o tempo*. Trad. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre Lisboa: Estampa, 1989, p. 33 e 43.
- 6, LYOTARD, Op. cit. p. 33
- 7, NOLL, Op. cit. p. 134

CRP-04 na SBPC

Foi bastante concorrida e elogiada a mesa-redonda "Psicanálise e Universidade" promovida pelo CRP-04 na 49ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Belo Horizonte, na UFMG, no período de 13 a 18 de julho. Os debatedores foram Paulo César Ribeiro, professor do Departamento de Psicologia da Fafich/UFMG e Benilton Bezerra Júnior, do Departamento de Medicina Social da UERJ. A coordenação foi do psicólogo e psicanalista Lúcio Marzagão.

Abordando a questão da Universidade e o "Conto de Fadas Científico", Paulo César Ribeiro relembra o caminho que Freud percorreu até ver sua teoria sobre a histeria ser aceita nos meios acadêmicos. Tachada inicialmente de "conto de fadas científico" por um membro da Sociedade de Psiquiatria de Viena, tal teoria, que apontava a histeria como um fenômeno essencialmente psíquico e não neurológico, levou Freud a buscar demonstrar, através da apresentação de fatos, a sua validade. Mas antes, determinou seu longo isolamento dos meios acadêmicos e levou a ressentimentos que o acompanharam por muitos anos.

Benilton Bezerra Jr., da UERJ, falou sobre a **Universidade e o Futuro da Psicanálise**. Ele afirmou que não se pode duvidar de que atualmente, uma parte importante dos destinos da Psicanálise no universo contemporâneo depende dos rumos que a sua presença tomar no interior do universo da academia. Para fundamentar esta conclusão, ele destacou que é óbvio que a formação de um psicanalista exige muito mais do que o ensino da teoria, por mais rigoroso e metódico que este estudo possa ser. Mas, que em se tratando do trabalho intelectual, delimitar problemas conceituais, analisar a consistência teórica de certas ferramentas clínicas, interrogar as premissas de noções centrais à teoria, incrementar o diálogo com outras disciplinas, não há porque supor alguma incompatibilidade entre ela e a universidade.

Da **Catacumba à Pólis**, foi o texto apresentado por Lúcio Marzagão. Nele, o autor propõe uma interpretação da história do movimento psicanalítico articulando, inicialmente, uma comparação entre o aparecimento das diversas seitas e religiões e a invenção da Psicanálise. São analisadas algumas condições presentes no nascimento de grupos religiosos sectários e fundamentalistas em geral, bem como especificamente, alguns fatores presentes quando da constituição da teoria e prática psicanalíticas em Viena e posteriormente nos Estados Unidos e Inglaterra.

A pesquisa acadêmica em Minas e no Brasil

No Brasil, 55% dos docentes de ensino superior acham que não é difícil ter estabilidade no emprego mesmo quando não se publica pesquisa acadêmica. Destes profissionais, 71% não se sentem pressionados a fazer mais pesquisa, enquanto que 78% concorda que o respeito pelo trabalho acadêmico está diminuindo.

Os resultados desse levantamento, feito em 14 países, foram divulgados recentemente com o lançamento do livro "A Profissão Acadêmica Internacional - Retrato de 14 Países", editado pela Fundação Carnege.

Este mesmo levantamento traçou o perfil do docente de ensino superior, tomando como base a titulação e o seu vínculo com escolas públicas de nível federal, estadual e municipal e escolas particulares. O resultado total: 26% (36.272) são graduados; 36% (50.353) têm especialidades; 24% (33.531) são mestres e somente 15% (21.326) têm o doutorado. Em todas as esferas e escolas, os docentes que têm mestrado e doutorado estão em menor número.

Para o psicanalista Lúcio Marzagão, professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UFMG, este levantamento não acrescentou nenhum dado novo, visto que sempre se soube que o Brasil, em relação a outros países, é bastante carente de pesquisas.

Analisando a situação do ponto de vista de resultados, ele afirma que "a pesquisa, em geral, assim como as artes, é um investimento a fundo perdido. Não se pode querer retorno imediato e muito menos lucro. De cada dez pesquisas possivelmente apenas uma trará dados relevantes e significativos". Consequentemente, pensa que as pesquisas financiadas por entidades interessadas em resultados imediatos, são pesquisas "perigosas" ideologicamente.

Por outro lado, Lúcio Marzagão observa que "as pesquisas ou teses defendidas na área de ciências humanas tendem a ser paroquiais porque acabam tendo interesses restritos e limitados, o que leva também ao empobrecimento da qualidade. O pesquisador deveria estar preocupado não menos com o interesse próprio ou da comunidade à qual pertence, e mais com o interesse da comunidade científica mais ampla".

Para ele, há um equívoco em relação ao

entendimento do que é produzir ciência, já que há uma tendência a colocar estatística em tudo, como se isso fosse fazer ciência. "Fazer ciência não é fazer testes empíricos e quantificação de dados. Ciência possui uma amplitude maior. Fazer ciência consiste em criar conceitos e organizar formas diferentes de saber. Se nas ciências naturais é mais fácil desenvolver o trabalho de teste de hipótese e quantificação de dados, nas ciências humanas isso é mais difícil". Por isso, ressalta que "a tentativa de aplicação dos métodos das ciências naturais nas ciências humanas, acaba por determinar trabalhos extremamente desinteressantes e esdrúxulos. As ciências humanas pesquisam fatos sociais cuja existência se deve a regras constitutivas e é evanescente; não suporta os métodos usados nas ciências naturais".

Mas apesar da carência geral de pesquisas no Brasil e dos problemas levantados, Lúcio Marzagão lembra que no Departamento de Psicologia da UFMG existem profissionais desenvolvendo interessantes trabalhos nas mais variadas áreas da Psicologia.

Confirma a aprovação do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, que teve parecer favorável do pesquisador *ad-hoc* da UERJ, Jurandir Freire Costa. A seleção deverá ser feita em fevereiro próximo, para que o curso tenha início em março de 98. Serão abertas 15 vagas para a especialização, mas outras estão sendo reservadas para cursos de aperfeiçoamento e atualização.

"O curso de especialização é um curso de pós-graduação *latu sensu*, que tem por finalidade formar profissionais para prestação de serviços junto à comunidade. Daí não haver nenhuma incompatibilidade com o mestrado, que é um curso de pós-graduação *strictu sensu*, que tem por finalidade preparar docentes e pesquisadores para a carreira acadêmica", esclarece Marzagão, que lembra ainda que muitas vezes, a ausência de ofertas de cursos de especialização acabam atraindo profissionais para o mestrado, sendo que não é isso que eles desejam e nem é o que o mercado precisa.

Maiores informações sobre o Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica podem ser obtidas no Departamento de Psicologia da UFMG, através do telefone (031)499-5022 ou na FUNDEP, telefone (031)499-4220.

O Conselho Editorial da Revista "Psicologia, Ciência e Profissão", editada pelos Conselhos de Psicologia convida os profissionais da 4ª Região a encaminharem originais de seus artigos, sobre qualquer tema em Psicologia.

Para a publicação na Revista, os artigos devem ter cerca de 7 laudas, de 20 linhas com 70 toques cada. A normatização específica será divulgada no próximo número da Revista, cuja tiragem hoje é de 96.000 exemplares, com três números por ano.

No caso de publicação no *Jornal do Psicólogo*, os textos deverão ter 80 linhas de 70 toques, sendo inclusive, estão sendo publicadas em todos os números do *Jornal do Psicólogo*, em página especial (página 7 / Universidade). A tiragem do JP é de 12.500 exemplares e a sua periodicidade é bimestral.

R

E

C

O

R

T

E

Em junho passado aconteceu, em Brasília, o Fórum Nacional de Práticas Alternativas. Foram aprovadas duas propostas de resolução que dispõem sobre pesquisas realizadas por psicólogos no âmbito do exercício profissional e sobre a divulgação, publicidade e o exercício profissional do psicólogo. O CFP deverá baixar resoluções após parecer jurídico. Como atividade preparatória ao Fórum Nacional o CRP-04 promoveu, em Belo Horizonte, o Fórum "A Psicologia discute: práticas alternativas ou emergentes?". E entre os trabalhos apresentados neste encontro, destacamos o texto produzido por nossa colega psicóloga João Batista de Mendonça Filho, Mestre em Educação pela UFMG e professor de Epistemologia do Campo Clínico, da FUMEC.

Saberes alternativos

Emergência de uma prática ou de uma denúncia?

João Batista de Mendonça Filho

Quando recebi o convite para coordenar esta mesa, a primeira reação que me ocorreu foi a estranheza. Afinal, participar de uma discussão sobre astrologia era algo, que até aquele momento, nunca havia me ocorrido. Além do mais, o lugar que me destinavam neste fórum vinha significado, por antecipação, como sendo o da Universidade. Atônito, imaginava se seria possível encontrar um ponto de ligação, uma associação, entre estas duas inscrições que, em nossa cultura, se apresentam como díspares. Neste instante, tudo o que percebia era que estes dois lugares se constituíam, um para o outro, como uma alternativa; como excludentes entre si. Entretanto, algumas proposições, contidas no próprio folheto de divulgação deste evento forneceram-me uma indicação do que era necessário colocar a trabalho: a questão da cientificidade, a dimensão ética e a práxis do psicólogo.

O motivo de encontrarmos-nos reunidos hoje é o fato da Astrologia - dentre outras práticas designadas de alternativas - representar para um bom número de psicólogos um saber capaz de produzir respostas que a prática das teorias psicológicas convencionais não estaria alcançando. De modo genérico, a sustentação da necessidade da inclusão destes "outros" saberes no campo da prática - e mesmo na episteme - da psicologia nos é apresentada como uma possibilidade de compreensão plena do homem e ampliação do fazer "psy". Assim, estes saberes buscam por em xeque a estrutura do saber ocidental ao criticarem a dualidade cartesiana ao mesmo tempo em que tentam justificar sua incorporação à psicologia em busca de uma aplicabilidade diferente da tradicional. Existe porém uma outra alegação, utilizada com alguma frequência, que se coloca como contraditória à esta observação, isto é, o fato destes fazeres reclamarem para si o estatuto da ciência.

Creio, que antes de prosseguir interrogando a constituição destas práticas, é necessário explicitar que elas representam um fenômeno que não pode ser negado, e como tal interessa às Universidades. Não devemos porém, enquanto Universidade, assumir diante deste fenômeno a mesma atitude dos tribunais do Santo Ofício na Inquisição. Não é pelo viés do condenar a clandestinidade e do ameaçar com a fogueira da purificação, que avançaremos na questão que estas práticas nos trazem. Afinal, não seria correto pensar que todo o psicólogo que incorpora em seu fazer estes saberes tenha a pretensão de fraudar deliberadamente aquele que o procura. Do lugar da Universidade, o que nos interessa é o que sustenta o surgimento destas práticas, e o que elas denunciam ao saber fazer da psicologia. Tomo-as portanto, como fenômeno social, sendo apenas nesta condição que me proponho a discutí-las, particularizando a Astrologia.

De início, podemos dizer que nenhum corpo de conhecimento é completo, o que o situa como oposição ao discurso científico que visa um todo saber. Assim, no que se refere à produção do saber, existe uma constante tensão entre as novas proposições - sempre há algo mais a saber - com os conceitos já estabelecidos - existe algo que já é conhecido. Esta organização do saber está posta a partir do momento em que admitimos que um saber necessariamente não corresponde à realidade sensível. A idéia de Galileu que o "livro da natureza está escrito em caracteres geométricos" constituinte da nova ciência nos leva "a substituição de uma realidade empiricamente conhecida por modelos ideais (matemáticos), - isto é - a primazia da teoria sobre os fatos" (KOYRÉ, 1991, p.74). Porém, nunca é desnecessário recordar, que a utilização por si só de modelos matemáticos não torna um saber nem mais nem menos científico que um outro.

Esta estrutura do conhecimento, inaugurada no século XVII, e da qual a psicologia reivindica seu quinhão de herança produz um incômodo para todas as ciências humanas. Como ressalta Foucault, elas se situam nesta organização do saber, entre a ausência de validade e a pretensão de tudo explicar. A Psicologia, em especial, possui para com este estatuto

do saber um acréscimo em sua dificuldade de se estabelecer como ciência, já que não se conseguiu alcançar até hoje - e é muito pouco provável que alcance algum dia - a formalização de uma única psicologia. Neste aspecto, compartilho da idéia de Garcia-Roza que seria melhor falarmos em psicologias, ao invés de Psicologia, e que esta constitui "um espaço de dispersão do saber".

Não é de ficar admirado portanto, com o fato da Psicologia se mostrar tão permeável a entrada de novas práticas e saberes advindos de constituições outras que não a científica. Aliás, é comum para todos que trabalham na formação do psicólogo se depararem com a angústia dos alunos diante deste mosaico. Este sentimento, causado pela sensação de estar perdido, conduz muitas vezes os alunos à tentativa desordenada de tentar ordenar o conhecimento psicológico; levando a construção de uma Psicologia pessoal ou a uma bricolagem de teorias contraditórias entre si. Este movimento acaba por fazer ecoar uma queixa: A Psicologia, enquanto saber "psy", tem deixado de fora ou, em uma melhor hipótese, dado pouca importância, a algo importante em relação ao homem, que somente poderia ser atendido pela inclusão de outros modelos de saber que não o científico. Creio que a Astrologia possa aqui nos servir de guia.

A entrada da Astrologia como um saber a ser discutido na Universidade não é algo do contemporâneo como poderia supor os mais desavisados. A Astrologia como saber universitário é contemporânea a Newton, Bacon, Comenius e Descartes dentre outros. Em especial, na Inglaterra dos meados do século XVII exerceu importante função social. Um historiador como Christopher HILL (1987) - designado como tendo formado mais historiadores do que muita faculdade já antiga de Oxford - chega a afirmar que "as ciências sociais (que) emergiram de maneira vagarosa, no curso dos séculos XIX e XX (...) não têm consciência de sua dívida com a astrologia" (op.cit.p.282).

Neste período de transição entre o modelo de ensino eclesástico e o ensino laico, as Universidades foram literalmente ocupadas por toda uma gama de saberes populares que, nesse instante, emergiam como um saber alternativo ao saber religioso professado pelo catolicismo. A Astrologia se apresentava, neste período, como uma outra possibilidade de explicação para os acontecimentos sociais que até então eram determinados, de modo exclusivo, pela providência divina. O rumo dos acontecimentos terminou por conduzir a constatação da impossibilidade de existir um estatuto científico em tais saberes culminando com sua eliminação, ao menos nos currículos oficiais da Universidade. Durante um longo período este assunto permaneceu restrito no que se refere à sua capacidade de produzir movimentos sociais. Porém, no final dos anos sessenta, de nosso século, o movimento hippie, a idéia da inauguração de uma nova era, a crítica ao modelo universitário de ensino, a intervenção armada dos EUA no Vietnã, reacenderam a discussão sobre a Astrologia e os saberes alternativos. Assim, no que diz respeito à escolha do futuro cônjuge, o saber sobre o signo e o ascendente astral ficou quase que equivalente ao saber da capacidade de acumulação de capital do mesmo.

Não são poucos os que já observaram que vivemos, neste final de século XX, uma releitura do milenarismo. Por outro lado, vivemos uma "era" de incríveis avanços tecnológicos, nunca a informação foi tão acessível e tão perecível. Novas tecnologias médicas passaram a acenar com a possibilidade de vivermos mais anos e a clonagem saiu das páginas de ficção científica para ser encarnada em uma ovelha na Inglaterra. Será que existe algum elo entre estes fenômenos sociais de diferentes épocas?

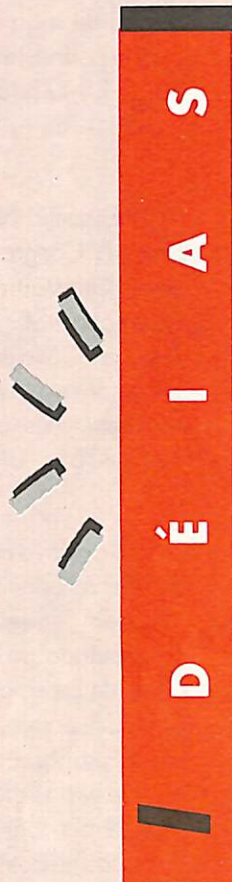
Podemos constatar que certos aspectos da subjetividade, em essencial o que não é passível de ser explicado pela racionalidade mecânica, foi deixado de fora do saber científico pela revolução do século XVII. Por outro lado, ficou evidente a falência do pensamento científico, por si só, ser capaz de produzir uma ética. Ao meu ver, estes dois aspectos são as causas fundantes da emergência destes saberes alternativos em nosso contemporâneo. Eles ressurgem na fissura entre a ausência de uma ética e a impossibilidade do saber da ciência em circunscrever de modo preciso a subjetividade. Não é de causar espanto a Psicologia se mostrar como o solo fértil a germinação destes saberes, uma vez que o campo "psy" está situado precisamente nesta fenda.

Concluindo: Pelo viés da Epistemologia não há como admitir que os chamados saberes alternativos sejam incorporados como teorias ou práticas psicológicas, uma vez que estes são produtos de uma concepção de mundo (weltanschauung) religiosa como foi demonstrado por toda a fracassada tentativa de tentar incorporá-los como saber científico.

Mas, se neste século XVII os saberes alternativos surgiram com um caráter revolucionário, hoje eles podem ressurgir com uma função de aplacar as contradições do sujeito e da sociedade. O que não podemos é permanecer surdos ao que estes saberes nos apresentam como manifestação. É necessário não esquecer que por mais que as novas tecnologias nos acenem com a promessa de uma vida melhor, continuamos a condenar à fogueira os representantes das desigualdades sociais. Assim, enquanto a Inquisição mandava queimar os hereges, os bruxos, os magos; hoje assistimos atônitos o mesmo procedimento ser adotado em relação aos mendigos, aos meninos de rua, aos homossexuais e aos índios. Em síntese, não podemos ignorar que antes de serem uma proposta de um novo conceito ou uma nova prática psicoterápica, estes saberes são a emergência de uma denúncia sociopolítica que não pode ser desconsiderada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas - uma arqueologia das ciências humanas*, São Paulo, Liv. Martins Fontes Editora LTDA, 1987.
- GARCIA-ROZA, L.A. *Psicologia, Um Espaço de Dispersão do Saber* in: *Rádice - revista de Psicologia*, Ano 1, nº 4, 1978.
- HILL, C. *O Mundo de Ponta-Cabeça - idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- KOYRÉ, A. *Estudos de História do Pensamento Científico*, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1991.
- VERGER, J. *As Universidades na Idade Média*, São Paulo, editora UNESP, 1990.



AGENDA

A Fundação Pró-Sangue/Hemocentro de São Paulo estará promovendo no dia 7 de novembro próximo, de 9 às 17 horas, curso sobre "O Lugar do Psicólogo no Paciente com Câncer", para psicólogos, psicólogos hospitalares, enfermeiros, assistentes sociais, estudantes de psicologia (4º e 5º anos). Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o paciente com câncer e os aspectos psicológicos e sociais da situação, o curso será coordenado pela psicóloga Maria Clara Pacifico Mercadante, chefe do Serviço de Apoio Psicossocial da Fundação Pró-Sangue. Para reserva de vaga e informações os interessados podem telefonar para (011) 258-0822 - R 342 ou 302, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

O VIº Encontro Nacional de Gestalt-Terapia e o IIIº Congresso Nacional de Abordagem Gestáltica acontecerá em Florianópolis-SC, de 02 a 05 de outubro deste ano. Maiores informações podem ser obtidas no Centro de Estudos e Atividades Gestálticas, através do telefone (048) 224-1236.

Com o objetivo de promover especialização de profissionais através de curso específico em nível de pós-graduação, a Universidade de Santa Úrsula realiza o Curso de Especialização em Psicanálise - CEPCOP. A seleção será feita por avaliação de proposta de ingresso no CEPCOP, a ser enviada por escrito abordando a experiência com a Psicanálise; justificando a escolha deste curso; incluindo expectativas, bem como as perspectivas profissionais após a conclusão do mesmo. O início do curso estava previsto para agosto, mas novas turmas estão sendo organizadas para março de 98, sendo que para estas as inscrições estarão abertas a partir de janeiro. Telefone da USU, para maiores informações: (021) 551-5542 ramais 139 e 248.

A Universidade Federal de Minas Gerais promove em Belo Horizonte, nos dias 24, 25 e 26 de setembro o IX Encontro Nacional de Psicologia Social. A secretaria do evento está à disposição para maiores detalhes, bem como para a distribuição de material de divulgação. Telefone (031) 499-4186 ou 499-4189.

O Centro de estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais-CEPEMG, em convênio com a Faculdade de Educação/Universidade do Estado de Minas Gerais promove cursos de pós-graduação e espe-

cialização nas áreas de pedagogia empresarial, qualidade em recursos humanos, orientação e supervisão educacional e metodologia do ensino superior. Informações gerais podem ser obtidas à Rua Pernambuco, 47/sala 114 - Fone/fax (031) 273-3904. A duração dos cursos é de 11 a 16 meses.

II Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa. De 12 a 18 de outubro deste ano será realizado na Serra Gaúcha, Região das Hortências, em Canela/RS. Direcionado para profissionais e estudantes de psicologia ou de áreas afins. Vagas limitadas. Inscrições e informações: Rua Anita Garibaldi, 465 - Bairro Mont' Serrat, Porto Alegre/RS. Cep 90450-000. Fone/fax: (051) 330-6062 (das 12h às 18h).

O IEPsi, através de seu Centro de Estudo e Transmissão promove seminários, como parte das atividades científicas oferecidas aos seus sócios e convidados. Introdução à Clínica Psicanalítica; A Questão do Amor em Freud e Lacan; Estruturas clínicas - Neuroses, são alguns temas dos seminários. Os cursos são aos sábados, uma vez por mês, com módulos independentes. Duração: de 9h às 12h e de 14h às 17h. Inscrições na secretaria do IEPsi ou com o coordenador, à Av. Prudente de Moraes, 287/salas 802 e 803, Cidade Jardim, Belo Horizonte. Telefax: (031) 296-7544. O interessado poderá participar de quantos cursos desejar.

O GREP - Grupo de Estudos Psicanalíticos, filiado ao Círculo Brasileiro de Psicanálise e à International Federation of Psychoanalytic Societies/IFPS promove diversos eventos no decorrer dos meses setembro, outubro e novembro. No dia 24/09, às 20h30 - Ciclo de Debates sobre "O Caminhar no GREP". Nos dias 24 e 25/10, Jornada do GREP, na Fundação Dom Cabral e no dia 26/10, Ciclo de Debate Sobre o Alcoolismo, com a participação de Rosana Scarponi Pinto. Informações pelo telefax: (031) 213-1297 ou 273-1227.

Um programa inédito no Brasil, cujo lançamento é da FACE/FUMEC: MBA em gestão do Ser humano. Este curso, com duração de dois semestres letivos, é dirigido a todos os profissionais que precisam conduzir, com excelência, pessoas a alcançarem os resultados pré-estabelecidos. Informações no setor de Pós-Graduação, telefone (031) 225-11478 e 281-1388, ramal 8 ou pelo fax: (031) 281-2619.

CONVÊNIOS

Aqui publicamos os últimos convênios firmados pelo CRP-04, que se encontram à disposição de seus inscritos.

- **Best Design Gráfica Expressa**
Shopping 5ª Avenida - Loja 25/ C. Telefax: (031) 281-0051. 10% de desconto sobre trabalhos gráficos
- **Núcleo do Ser Homeopatia**
R. Congonhas, 553 - Tel. (031) 342-1355. 10% de desconto
- **Livraria do Psicólogo**
R. Curvelo, 132 - Lojas 25 a 27. Tel. (031) 273-5808 e 224-0663. 20% de desconto na compra de livros. 10% de desconto na compra de testes
- **Ótica Pupila Ltda**
Rua Tupis, 149 - Loja 5. Tel (031) 222-3131
25% de desconto, para compras à vista

CLASSIFICADOS

Subloca-se horários em consultório de Psicologia para apenas uma pessoa. Av. Uruguai, 537, 2º andar - Sion - Belo Horizonte. Contatos com Virginia ou Maria Luiza. Tel (031) 281-5851.

Sublocamos horários em consultório. Centro Comercial do Eldorado - Contagem. Contato: tel (031) 391-7643

Subloca-se sala para treinamento e/ou dinâmica de grupo, com capacidade para 25 pessoas, com TV, vídeo, flip-chart, retro-projetor, coffee-break, etc. Tratar com Márcia (Medwork) no telefone: (031) 291-8686.

Subloca-se horários para atendimento de psicólogos, em ótima sala na Savassi. Rua Prof. Moraes, 562, sala 301. Tratar com Dulce, no telefone: (031) 344-2287.

Subloca-se sala no horário da manhã e ainda por duas tardes. Rua Uberaba, 436/304, Barro Preto, Belo Horizonte. Falar com Milene. Tel. (031) 295-3856.

Subloca-se horários em consultório de Psicologia. Av. Amazonas, 135, sala 1505, Edifício Codó, Centro, Belo Horizonte. Tratar com Suzana. Telefone: (031) 285-4478.

Subloca-se horários em consultório de Psicologia no Bairro Padre Eustáquio, próximo ao PAM. Tratar no telefone: (031) 464-6606.

Consultório de Psicologia. Sublocação de horários nas partes da manhã, tarde e noite. Rua Guajajaras, 910, sala 1018. Tratar com Mirtes. Telefone: (031) 388-2250.

Subloca-se horários em consultório de Psicologia. Rua São Paulo, 1071, sala 1605. Tratar com Tânia Mara. Telefone: 952-3301.

Subloca-se consultório de Psicologia na Barroca, Belo Horizonte. Aluga-se sala para treinamento, com capacidade para 15 pessoas. Tratar com Adriana. Telefones: 395-1372 ou 371-1719.

Subloca-se horários em consultório no centro para atendimento individual. Tratar com Carla, pelo telefone 212-3661.

Tradução do Inglês de textos de Psicologia. Lúcia Maranhão, telefone (031) 221-8878.

O psicólogo Marcelo Augusto Resende oferece aos psicólogos e estudantes de Psicologia, no segundo semestre de 1997, os seguintes cursos: 1) O Teste de Rorschach - Aplicação, Análise e Interpretação; 2) O Teste de Rorschach na Psicopatologia. Os cursos terão carga horária de 30 horas/aula. Local: Rua Matias Cardoso, 63/sala 504, Santo Agostinho, BH. Informações e inscrições pelo telefone (031) 337-5646 ou 332-0654.

SETORIAIS

Escritórios setoriais do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo

Espírito Santo (EES) - Representante setorial: *Lígia Gravatá* - Rua Desembargador Sampaio, 40 - sala 301 Ed. Top Center, Praia do Canto, Vitória/ES - Cep 29055-250 - Tel.: (027) 324-2806.
Triângulo Mineiro (ESTM) - Conselheiro residente: *Vicente de Paulo Marques de Almeida* - Rua Alaor Prata, 23 - sala 705 Ed. Os Bandeirantes - Uberaba/MG - Cep 38010-050 - Tel.: (034) 333-6522. **Zona da Mata (EZM)** - Conselheiro residente: *Américo Galvão Neto* - Avenida Barão do Rio Branco, 2679 - sala 810 Ed. Stela Central - Juiz de Fora/MG - Cep 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.

Camille Claudel e "o social"

"Prazer com restos de uma realidade simbólica ou enunciados de prazer de uma outra ordem?"

Sandra Azerêdo

Formada pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e atualmente candidata à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, a psicóloga Ana Maria Martins Lino Rocha, professora na Universidade do Ibirapuera/UNIB e supervisora de Estágio em Clínica na Faculdade Paulista, defendeu sua dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica na PUC-SP, em maio deste ano. Entre os membros da banca examinadora estava a professora do Departamento de Psicologia e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFG, Sandra Azerêdo, que neste artigo analisa a dissertação de Ana Rocha, cuja base é a relação amorosa de Camille Claudel e Auguste Rodin.

Tomando como base a relação amorosa entre Camille Claudel e Auguste Rodin, Ana Rocha argumenta em sua dissertação de mestrado que a escolha da paixão está relacionada a questões identificadoras do Eu. Segundo ela, é preciso pensar a "ética da paixão" para escutar melhor a "diversidade amorosa" principalmente na prática clínica, e, para isso, é preciso pensar "as relações entre a psicanálise e o social", de modo a exercer "a ética da tolerância".

A dissertação impressiona já na própria apresentação — muito bem cuidada, com belas ilustrações dos trabalhos de Camille e de Rodin — mostrando a energia e o cuidado com o estudo do tema e permitindo uma leitura prazerosa e uma compreensão melhor dos argumentos defendidos pela autora. Essa energia e esse cuidado no estudo do tema estão presentes também no estilo da autora, que apresenta uma escrita coerente com a postura que se anuncia logo nas primeiras páginas: "conhecer o fenômeno sem tentar elucidá-lo plenamente, num esforço de aproximação de certos achados". Assim, o texto de Rocha faz perguntas, muitas vezes dialogando com quem está lendo, faz "indagações", deixa perguntas "em suspenso", fala de "inquietações", de debater sobre "ressonâncias" da paixão, de "matizes" da paixão, de "pistas" sem "nenhuma certeza", e termina com uma "inconclusão", o "pensamento em aberto". O próprio texto se coloca às vezes como sendo semelhante à construção de uma obra de arte, "esculpindo as idéias deste estudo, através da modelagem de idéias".

Esta postura parece se justificar pelo fato do objeto de estudo "carregar a marca da não lucidez total, de certa obscuridade", mas me parece que não é apenas a complexidade do objeto de estudo que leva a autora a assumir essa postura de abertura, de não pretender chegar a um conhecimento totalizante. Essa postura faz parte de nosso momento atual, especialmente dentro das ciências humanas, em que finalmente estamos aprendendo que de nada vale pretendermos chegar a um conhecimento totalizante de qualquer objeto e que é preciso nos situarmos em relação a esse objeto, de modo a chegar a conhecê-lo, sempre de modo parcial. Rocha se situa na sua "autobiografia em movimento" e ao falar da importância das "conquistas afetivas" que a realização da dissertação lhe proporcionou e de como o próprio processo de escrever a dissertação a tornou "uma pessoa um pouco melhor".

Para desenvolver o tema complexo que escolheu estudar, Rocha se apoia na teoria psicanalítica, sobretudo nos trabalhos de Joyce McDougall e D.W. Winnicott. Não pretendo aqui discutir a intrincada elaboração teórica que apoia sua análise sobre o funcionamento psíquico da paixão e sua relação com a construção do ser e com a criatividade. Pretendo sim me deter em sua preocupação com a relação entre a psicanálise e o social, buscando compreender o que Rocha considera "o social" em sua dissertação. Acredito que para se pensar a "ética da paixão" e se exercer a "ética da tolerância" que ela propõe será preciso uma determinada visão do social.

Na dissertação de Rocha, o social aparece explicitamente para contextualizar a época em que Camille viveu sua paixão por Rodin — a *belle époque*, época em que o "papel feminino era bastante restrito" — que Rocha contrapõe ao final do século XX, quando estamos lendo sua dissertação. O "social" novamente aparece explicitamente na afirmação de que Camille não se adaptava à sua época e escandalizou com seus desejos de participar em um mundo reservado aos homens. O social, portanto, é explicitado para se referir às relações de gênero, isto é, relações de poder entre mulheres e homens. Embora reconhecendo a importância desse social, Rocha afirma não pretender estudá-lo mais amplamente: "Não cabe em nossa análise estender muito a respeito dos fatores sociais, que com certeza influenciaram um gradativo desmoronamento psicológico de Camille. Interessamos mais o mundo interno de Camille, que a levou a fazer uma escolha de paixão". Entretanto, se consideramos a relação dialética entre o social e o mundo interno dos sujeitos, relação em que um constrói e transforma o outro, verificamos que não há como escapar do social. Como disse Jurandir Freire Costa, em *Psicanálise e Contexto Cultural*, "sem social, nada de psiquismo individual". Esta me parece ser a visão — implícita — do social na dissertação de Rocha. Essa visão do social já está implícita na utilização da teoria de Winnicott sobre o uso do objeto, que mostra a importância da realidade externa-social nas relações humanas, que tem a mãe como representante máxima. Essa visão do social aparece também na definição de Winnicott sobre "o artista verdadeiro", que tem o social "internalizado no âmago do seu ser genuíno". Não se pode compreender a internalização sem compreender o social, já que, como mostra Rocha, a internalização se refere a um processo ativo de criação da realidade externa.

Porém, a melhor demonstração de que é essa visão dialética do social a que permeia a dissertação de Rocha está em sua discussão da ação de Camille sobre o social através de suas peças:

"Mas quem era da raça dos heróis era Camille, que, com temas mais espirituais, representou a muito jovem e a muito idosa, a exultante e a desesperada, a pobre e a rica. Esculpuiu mulheres sozinhas e em grupo, contemplativas ou dirigindo-se uma a outra. Nenhuma era objeto de piedade, sentimentalismo ou troça. Sua obra fugia às normas vigentes da feminilidade" (28-29).

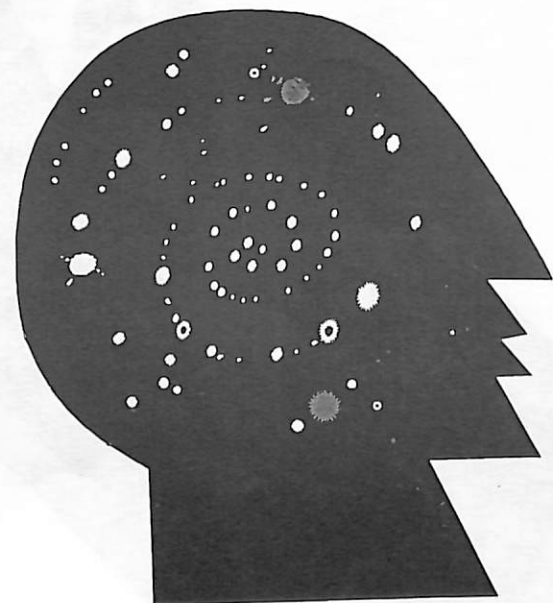
Rocha nos mostra como Camille não apenas procurava romper com os estereótipos que prendiam as mulheres em identidades congeladas, mas como ela também rompe "com as formas vigentes da arte na época, ou seja, sua obra ataca o grandioso, a magnificência dos grandes monumentos, introduzindo o tema da desesperança, da morte, da dor no meio artístico". Camille procura representar a abertura para uma outra ordem, talvez a ordem da diferença, da alteridade, com suas "mãos que arrancam a

terra e a transformam em expressões de outra ordem. Que ordem?". Buscando percorrer os possíveis caminhos de teorização sobre a sublimação deixados por Freud, Rocha se pergunta se do outro lado da "dessexualização freudiana" não haveria "a percepção do prazer de Camille manuseando o barro como se fosse o seu próprio corpo — prazer com restos de uma realidade simbólica ou enunciados de prazer de uma outra ordem?"

Rocha sugere que essa busca de outra ordem possa ter sido responsável pelo enclausuramento de Camille no asilo de loucos. Talvez hoje ela não fosse colocada no hospício, mas o que importa é que Rocha reconhece que a proposição de nova ordem sempre gera tensão e sofrimento, mas ela é parte da vida. E é aqui que está uma das principais contribuições de sua dissertação: mostrar que é preciso estar-se atenta para a tensão entre o sujeito e o social, que estão permanentemente se construindo e se transformando.

A história de Camille não termina em 1913, quando ela vai para o hospício, onde permanece até sua morte, em 1943. Se é verdade que "o papel feminino" era bastante restrito em sua época, esta era uma época em que mulheres como Lou Salomé e Emma Goldman se destacaram por sua participação no mundo dos homens. Da mesma forma, Camille foi reconhecida em seu tempo: em 1910, apresentou suas peças numa exposição de mulheres pintoras e escultoras, o mesmo acontecendo em 1934, no Salão de Mulheres Artistas Modernas. Daí a importância de se saber melhor sobre o processo de sua internação e, sobretudo, como foram os 30 anos em que ela passou no hospício. Porém, isso será tema para outro trabalho — um trabalho que tenha como objetivo principal compreender o sujeito que se constrói em permanente tensão com o social — para o qual a dissertação de Rocha certamente deverá servir como uma referência fundamental.

UNIVERSIDADE

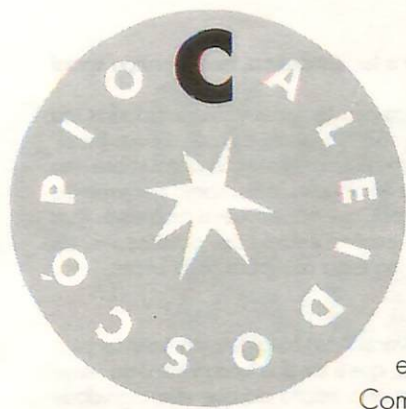


aos hospitais pagos. É uma crítica que se fez, mas não sei se corresponde à realidade.

- É uma preocupação que existe aqui. Ao se sugerir formas alternativas de tratamento, como garantir ao doente mental de uma família pobre um atendimento pleno e correto?
- Mas aí é que está. Ao que eu saiba as leis antimanicômias não pretendem só excluir a existência dos manicômios. Elas pretendem propor e organizar formas alternativas de tratamento. Hospitais sim, mas com outro tipo de tratamento que não seja internação. O que se pretende acabar é com as internações sistemáticas. É preciso organizar serviços alternativos.
- A Lei Carlão repassa para os governos municipais e estaduais a responsabilidade de criar esses espaços alternativos. Como se pode garantir isso, diante de tantos escândalos, de corrupção, de desvios de verbas por parte dos governos?
- Esse problema das políticas públicas não é só na área da saúde, mas em toda área. Por exemplo os centros de saúde - a gente sabe que não têm verbas, não têm estrutura. Não se pode deixar tudo para a força das comunidades locais. Nós sabemos que a sociedade é conservadora e tende a não resolver os problemas. A gente sabe disso. Nenhum município quer ter uma penitenciária, quer apenas pegar seus delinquentes e mandar para longe dali. Sempre dentro da lógica da exclusão. Então transferir tudo para a política local, para os municípios, é um problema.
- Parece que tanto a loucura como a delinquência desvelam o mal estar da sociedade e recebem do Estado a exclusão e o exílio, todos desejam mandar para longe... ficar livre disso... Qual o tratamento que o Estado dá à delinquência e loucura de nossas crianças? Como o sr. vê o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- O Estado trata a criança como um sujeito de direito. O Estatuto é tido como uma das melhores leis que nós temos. É um estatuto muito bem feito, mas que, infelizmente, não é aplicado hoje, porque nós temos os menores numa situação lamentável. Nós não temos aquelas estruturas previstas funcionando. Nós temos uma lei de 1º Mundo negligenciada pelas autoridades de forma absurda.
- A concepção jurídica de sujeito de direito, estabelece direitos e deveres... sujeito reponsável. O E.C.A. protege a criança de sua responsabilidade?
- Em primeiro lugar, é um erro aquele lugar comum de dizer "precisamos aumentar a idade penal ou diminuir a idade penal, porque um menor de 16 anos comete um crime e não acontece nada com ele". Isso é uma inverdade. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma intervenção estatal sobre aquela criança, que pode ficar internada. É claro que não é uma intervenção tão grande quanto a que existe com relação ao maior de 18 anos. Mas a intervenção é no nível do amadurecimento que aquela pessoa tem. O ato dela não tem uma reprovabilidade tão grande quanto o de uma pessoa que tenha a personalidade formada. Receberá a intervenção estatal adequada à situação dela, de pessoa em formação ainda. O Estatuto, é claro, protege a criança. Mas não acho que superproteja. Ele dá a medida exata dessa proteção. Se a falha existe, está na forma como se faz isso, no modelo de estabelecimentos que nós temos, no tipo de funcionários que trabalham com isso e que causam esta situação. Assim como no sistema penitenciário. Espera-se o que? Que a pessoa entre no sistema iníqua e saia de lá melhor? Ela vai sair pior, obviamente. Isso é uma coisa muito discutida hoje na teoria do direito, porque você tem estruturas que servem ou que pretensamente são criadas para gerar uma maior estabilidade social e elas estão exatamente desestabilizando. É o direito exercendo funções desestabilizadoras da ordem social e não estabilizadoras. Não cumpre sua função. Muito ao contrário. O sistema penitenciário é tido como exemplo desta situação, que o Direito paradoxalmente vem adquirindo, por causa das falhas das estruturas.
- O princípio da igualdade, que atravessa todo o ordenamento jurídico, pode provocar a própria violência do Direito? Numa recente pesquisa ficou evidente que os presídios estão igualmente habitados por pessoas condenadas por roubar um pacote de comida no supermercado, uma roupa no varal do vizinho e ladrões profissionais, quadrilhas de roubo, etc... Sendo que todos recebem a mesma pena, pois o ato infracional é o roubo, independente de sua natureza. Esse princípio - todos iguais perante a lei, a mesma pena - não promoveria a exclusão da diferença, da particularidade de cada ato, transformando o Estado num violento censor?
- Essa questão, no Direito Penal, é uma questão grave hoje em dia, porque na verdade existe toda uma sociedade que pede o endurecimento do sistema penal. Como se isso fosse resolver alguma coisa. Não resolve nada, porque o legislador, ele está exercendo apenas um dos papéis da pena, que é o papel simbólico. Quer dizer, ele está brincando de resolver as coisas, quando ele torna as penas altas, torna o sistema penal mais duro. Ele está fingindo que resolve. Ele está dando uma satisfação imediata à sociedade, mas este endurecimento é apenas simbólico. Os crimes continuam ocorrendo em mesmo nível. A legislação não resolve absolutamente nada, porque a solução está fora do Direito Penal.
- Onde está a solução?
- A solução passa pelo aprimoramento da ordem social, pela inclusão daquelas pessoas no mundo do trabalho, da realização pessoal. Passa pela aplicação de políticas públicas que dêem àquelas pessoas o acesso aos bens de consumo de forma mais igualitária.
- Quando o sr. coloca a questão de estar brincando, "faz-de-conta", a função meramente simbólica, podemos lembrar de Kelsen, quando ele fala que a norma é uma ficção, uma construção, que tem efeito porque somos homens crenças... cremos no simbólico. Segundo ele, a norma não é algo natural. Ela é uma construção do homem... uma ficção. Como o sr. vê a essa questão kelsiana, da norma como ficção?
- Eu não sou kelsiano, porque ele é fechado demais. Kelsen criou toda uma solução a respeito da lei dentro da ótica chamada positivismo jurídico, que torna o Direito, a aplicação do Direito uma coisa muito fechada. Não recebe interações das ciências e dos conhecimentos metajurídicos, o que não é bom, porque cria situações de injustiças. A questão da justiça para Kelsen não existe. A questão da justiça não é um problema do jurista.
- Mas não é isso que o sr. está dizendo quando afirma que a solução está fora

do Direito Penal? O Direito apenas aplica a lei, simbólica, mas a justiça social se faz fora do Direito?

- Não, o que eu disse é que a solução para os problemas que são abordados sob a ótica da criminalidade são problemas que não são resolvidos pelo Direito Penal. O Direito Penal não tem resposta para tudo. Não é a intervenção penal sobre uma pessoa, não é a intervenção penal sobre determinados fatos, como por exemplo a criminalidade de massas nas grandes cidades, que vai resolver o problema. Para resolver o problema é preciso que haja intervenções estatais sim, políticas sim, em outras áreas. Na área do Direito Público e na área das políticas públicas.
- O que é justiça então?
- O conceito de justiça não é um conceito unívoco. Mas há alguns parâmetros para se dizer o que é justiça. A dignidade humana, que é um dos fundamentos da nossa República, está na Constituição. Nós temos uma noção do que seja dignidade humana e sabemos quando esta noção está sendo vilipendiada, ofendida. Nós sabemos o que é igualdade, que implica em não haver discriminação. Tudo isso, são alguns indicativos do que seja justiça. Não existe um conceito unívoco do que seja justiça. Cada um poderá dar uma definição, mas uma coisa é certa: a justiça tem que estar sempre em mente, sempre presente onde se aplica a lei.
- Esses conceitos de justiça não são construções que servem a determinado momento político, ideológico?
- Exatamente por isso eu digo que a lei nem sempre reflete o anseio de justiça. É por isso que nós temos sempre que resgatar esse conceito de justiça na aplicação da lei. Se nós temos espaços abertos na aplicação da lei, devemos preencher esses espaços abertos com que? Com justiça.
- Como fica a questão da interpretação do juiz. A questão da subjetividade do juiz na interpretação da norma. Como que o juiz, tendo em vista que ele não pode se esquecer do conceito de justiça, e justiça não tem um conceito unívoco, opera a interpretação?
- O juiz obviamente está ligado à lei. Ele tem que aplicar a lei. Mas o que é a lei? A lei não são aqueles 4 artigos que ele vai aplicar de forma certa. Para ele aplicar, em primeiro lugar, tem que se pautar pela Constituição. Tem que ler aquela lei sob o crivo da Constituição. Porque aquele tipo de aplicação que imediatamente se vê como alvo pode ser inconstitucional. Porque a Constituição traz uma série de princípios para aplicação da lei, que são baseados nos princípios gerais do Direito, na questão da igualdade, na questão da dignidade humana. Enfim na questão mais ampla da justiça. O alicerce do sistema jurídico é a justiça. Nós temos um sistema de leis que não é propriamente um sistema, nós temos leis prá tudo. Leis que dizem uma coisa, que dizem outra e que muitas vezes entram em choque. Aí entra o papel do intérprete.
- Como o sr. vê o papel da Psicologia Jurídica?
- Esse é um trabalho importantíssimo. Aliás, a Associação Juizes para a Democracia tem defendido a criação de estruturas dentro do judiciário que permita a interdisciplinaridade, ou seja, que permita que o juiz possa contar de imediato com a colaboração institucional. Na questão da Psicologia, isso já existe há algum tempo dentro das estruturas dos tribunais por causa de problemas sobretudo de menores. Mas há outras áreas que estão carentes.
- E na área da execução penal?
- Nesta área é também importante o trabalho dos psicólogos. Até porque é necessário em diversos momentos de avaliação, para concessão de benefícios, progressão de regimes, concessão de liberdade condicional, etc.
- Diante de tantos escândalos de corrupção, o sr. acha que as pessoas acreditam e confiam no Judiciário?
- De forma geral, o Judiciário está em discussão. Mas se se notar, o nível de desacerto nos outros poderes é muito maior. Agora, o que é preciso pensar é que Judiciário não está acima do bem e do mal. É preciso discutir, por exemplo, a questão do nepotismo, entre outras. O que eu acho é que esta questão da vulnerabilidade do Judiciário, hoje, não o deixa desacreditado perante a população, que ainda acredita nele.
- Para o jurista, qual é o lugar do psicólogo neste contexto todo? Qual é a função da Psicologia?
- Eu acho que a função da Psicologia é importantíssima! Os juizes, eles precisam do conhecimento de outras áreas para decidir determinadas questões. O juiz vê o psicólogo como um auxiliar muito importante.
- A ciência, a genética, tem contribuído com o sistema jurídico ao mesmo tempo que coloca questões para o Direito, não é?
- Tem. São questões que não estão sendo resolvidas de forma adequada. Me parece que esta questão está merecendo um estudo mais aprofundado da legislação que proteja adequadamente o material genético, que crie figuras criminosas a propósito da manipulação do material genético.
- Agora, com o advento do DNA, a ciência responde o que é um pai? O pai biológico responderia pela paternidade jurídica?
- Não estou muito por dentro da evolução do conhecimento jurídico, mas acho que sim, a ciência respondeu a antiga pergunta sobre quem é o pai. Se você tem certeza da paternidade biológica basta entrar com o processo jurídico, porque se tem meios adequados de firmar a paternidade de uma pessoa.
- Como fica a questão do pai simbólico? Por exemplo, um caso em que a criança é filha adúltera mas foi registrada como se fosse filha verdadeira daquele pai que ela conheceu no seu cotidiano. Por uma circunstância qualquer da vida, ela vem a saber que é filha adúltera. Juridicamente, como se resolve esta questão?
- Juridicamente, o pai é aquele que está na certidão de nascimento. Quer dizer, a situação jurídica toda é pautada pela declaração jurídica e não pelas suposições, porque o que gera o Direito é a expressão jurídica.
- Juridicamente, se o pai biológico requerer a paternidade desta criança, o pai do cotidiano, que registrou a criança, perde a sua expressão jurídica da paternidade? Juridicamente, o biológico tem preponderância sobre o simbólico?
- Sim, se você tiver certeza de quem é o pai biológico, ele é o pai. É uma questão objetiva.



No período de 16 a 26 de outubro, acontece pela primeira vez em Belo Horizonte, a 3ª BIENAL Internacional de Quadrinhos. Será um mega-evento, com a proposta de reunir os melhores e mais expressivos quadrinistas do Brasil e do exterior. A sede será na Serraria Souza Pinto, mas, paralelamente, acontecerão exposições em outros espaços culturais da capital do século. ★

Com o objetivo de favorecer INTERCÂMBIO de produção científica, o Departamento de Psicologia Geral e Aplicada/FAHL das Faculdades Integradas Newton Paiva editou o exemplar de nº 10 da Revista PSIQUE. ★ Um dos últimos processos julgados e aprovados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça foi o caso do estudante Edson Luís Lima Souto. Com este resultado, o Estado brasileiro assumiu sua RESPONSABILIDADE na morte do estudante, cujo assassinato no Restaurante Calabouço, resultou na passeata dos 100 mil realizada no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. ★ O Projeto de Lei que regulamenta as Rádios Comunitárias foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados. Apesar das limitações do texto aprovado (como a restrição à potência, formas de financiamento e exigência de apenas uma emissora por comunidade), a regulamentação das rádios comunitárias é um avanço para a DEMOCRATIZAÇÃO dos meios de comunicação no país. ★ O deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) está distribuindo uma cartilha de orientação para abertura e funcionamento das rádios comunitárias. Os interessados podem telefonar para seu escritório em Belo Horizonte, (031) 291-8358. ★ O contingente de pessoas infectadas pelo HIV, no Brasil, deve chegar a 1,2 milhões. Esta estimativa foi apresentada por especialistas durante a SBPC, realizada no mês de julho passado, em Belo Horizonte. A maior preocupação é o avanço da doença entre as mulheres FÉRTEIS e por isso, eles reafirmaram a importância e a necessidade de se criar o hábito da prevenção. ★ Dia 9 de agosto completaram-se dois anos do MASSACRE de Corumbiara/Rondônia. Os responsáveis pela barbárie, que resultou na morte de 9 camponeses sem-terra, entre eles uma menina, Vanessa, de 7 anos de idade, ainda não foram punidos. Ao contrário, alguns foram, inclusive, promovidos. É o caso de dois policiais militares (o 1º tenente José Rubens Taborda e o 2º tenente Mauro Ronaldo Flores Correa) denunciados pelo Ministério Público, que foram promovidos a capitão e 1º tenente, respectivamente. Enquanto isso, 4 camponeses sobreviventes ao massacre, estão sendo processados, acusados de responsáveis pela brutal violência que se abateu sobre eles. ★ Prêmio Monográfico Madre Cristina Sodré Dória, sobre "Psicologia, DIREITOS HUMANOS e Sofrimento Mental", aberto a psicólogos e estudantes de psicologia. A premiação, para psicólogos, é de R\$2.000,00 para o vencedor, sendo o mesmo prêmio para o vencedor da categoria estudante. As inscrições estão abertas até o dia 31 de outubro. Maiores informações no CRP-04, através do telefone (031)461-1146. A promoção é do Conselho Federal de Psicologia. ★ O PL 3124/97, do deputado federal Barbosa Neto (PMDB-GO), que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicopedagogo, continua tramitando na Câmara Federal. O CRP-04 considera este PROJETO um grande equívoco e trabalha pela sua não aprovação contando, para isso, com apoio de psicólogos e também de pedagogos.

C A R T A S

Belo Horizonte, 12 de agosto de 1997

À Comissão Editorial do Jornal do Psicólogo

No último número do Jornal do Psicólogo, interessantemente colocado na página DIVERSIDADE, nos foi apresentada uma coletânea de posições a respeito das chamadas "Oficinas Terapêuticas".

O Título do artigo citado foi "OFICINAS TERAPÊUTICAS: A arte abrindo caminhos para a saúde mental", no qual, logo de início, uma distinção entre dois campos já se fez necessária - uma forma justa de poder perguntar no que é que um campo linge o outro. Essa aproximação me parece ser das conquistas mais importantes dentro do processo da reforma psiquiátrica brasileira, tendo em vista a busca de alternativas à hospitalização e o desenvolvimento de novas possibilidades de contato com a linguagem nas psicoses. Todavia as contingências e as condições em que essa aproximação vai se dar não é definida por uma Portaria do Ministério da Saúde que institui as oficinas como prática oficial na saúde mental. Ela se dá no particular da experiência, no abrir e fechar das oficinas a cada dia. Sabemos que o funcionamento dessas oficinas também não foge à regra da maior parte das ações desenvolvidas na saúde pública: isto é, não se trata de uma prática homogênea. Tanto há oficinas que propiciam mais a criação quanto as que enfocam a produtividade ou o trabalho em série. Há também aquelas que exercem tutela sobre os conteúdos a serem produzidos nela, definindo a priori seu alvo e censurando certas manifestações.

Meu entendimento é de que o momento é ímpar no sentido de aproveitarmos ao máximo os efeitos que a interface arte/saúde mental propicia. De que forma estaríamos tomando a presença da arte no campo da saúde mental? Com que conceito esse contato vem sendo levado em cada experiência, em cada serviço? Refiro-me ao conceito de interface em si. Por se tratarem de terrenos distintos o contato entre a arte e saúde mental em questão não passa pela superposição nem pela interseção. Ele vem acudir à necessidade da reforma psiquiátrica de criar formas alternativas de abordagem de certos casos. Talvez acudisse também à necessidade de alguns sujeitos. Isso não significa que o papel da arte seja encoberto pelos preceitos e objetivos da saúde mental, nem pelas metas do movimento de reforma psiquiátrica. Lembrando o artigo mencionado acima, poderíamos mesmo dizer a arte "abre novos caminhos".

O desafio de promover a cidadania do chamado louco, de retirá-lo do estatuto de louco e reintroduzi-lo no estatuto de trabalhador ("direito ao trabalho") realmente é a influência da reforma italiana sobre o projeto brasileiro. Mas também é geralmente sob esse conceito, que essa prática se ascenda melhor à idéia de "oficina" e menos à idéia de arte. E é preciso reconhecer que há aí uma perspectiva ocupacionista sim. Interessante pensar que Trieste (essa cidade italiana que fora ponto estratégico dos aliados durante a guerra e foco de tentativas de recuperação de feridos de guerra) pudesse nos fornecer inspiração para a implantação de nossas atuais oficinas na saúde pública. As primeiras tentativas sistematizadas de aplicação da arte para recuperação de enfermos se deram justamente junto a feridos de guerra.

Historicamente a prática de oficinas de arte dentro de contextos "psi" vem de tentativas de readaptação, reinserção, reeducação, redirecionamento, sempre na via de que o praticante readquirisse algo perdido de alguma forma (pela guerra, pelo isolamento, por uma lesão, pelo crime, etc.) Basta contudo uma breve pesquisa para detectarmos no Brasil heranças importantes e diferenciadas de contribuições trazidas por Trieste. O movimento surrealista e sua proposta de libertar-se das travas da razão foi dos primeiros a tentar e se interessar pela produção de arte dos "alienados mentais". Após o lançamento do primeiro manifesto surrealista (1924) foi apresentada uma exposição dessa natureza em uma galeria parisiense, porém sem despertar a curiosidade do público. Já vinte anos mais tarde (1946) uma mostra produzida em Saint'Ane foi capaz de provocar melhor interesse e atenção. Curiosamente, no mesmo ano de 1946 dá-se início no Centro Psiquiátrico Pedro II, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, aos trabalhos de Dra. Nize da Silveira com oficinas de arte junto a pacientes. Rapidamente se formou um acervo que passou a compor o Museu do Inconsciente. A força dessa investida foi tal que no ano seguinte, em fevereiro de 1947, o Ministério da Educação no Rio foi palco de sua primeira exposição. Esse campo de interlocução foi capaz de produzir em outubro de 49 uma mostra no MASP, com o olhar atento de nomes como Lygia Clark e Hélio Oiticica. Em 1957 se seguiu uma exposição em Zurick, comentada com surpresa por Jung.

Ao que parece não sofremos de uma escassez de material para inventarmos a interface contemporânea entre saúde mental e arte. Resta saber sob que conceitos ela se dará e se faremos dessa oportunidade apenas um procedimento a ser cumprido burocraticamente, ou possibilitaremos o importante tensionamento que o ato criativo e sua decorrente ruptura com as formalidades técnicas podem introduzir na prática diária das oficinas.

José Eugênio Carvalho Gomes - psicólogo e psicanalista

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04
Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - Cep 30140-131
Belo Horizonte-MG
Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, presidente; Dannusa Gomes Prates, vice-presidente; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira, secretária; Regina Maria Coelho Ferreira, tesoureira.

8º Plenário: Conselheiros: Adenise Elza Hethel da Silveira; Américo Galvão Neto; Antonieta Guimarães Bizzotto; Aparecida Maria de Souza Cruvinel; Arlete Marchiori Macedo Diniz; Carmen Eugênia Bretas Bavoio; Celso Francisco Tondin; Danusa Gomes Prates; Edith Lins Eito; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Gerson Alves Vieira; José Walter Albinati Silva; Maria Aparecida de Oliveira Krolman; Maria Lúcia Vasconcelos Montes; Octávio Candiani; Regina Maria Coelho

Ferreira; Ricardo Figueiredo Moretzsohn; Terezinha Marta Colombo Drummond; Vicente de Paulo Marques de Almeida; Zulma Canuto.

Coordenadoria Operacional: Júlio Flávio de Figueiredo Fernandes
Assessoria Jurídica: Rafael Pimenta

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Coordenação geral: Ricardo Moretzsohn
Comissão Editorial: Fernanda Ottoni, Mariana Mendonça e Ricardo Moretzsohn
Jornalista responsável: Raquel Scarlattelli (MTb 2115/MG)
Programação visual: Marcelo Xavier
Ilustrações: Marcelo Kraiser e Marcelo Xavier
Edição gráfica: Cláudia Barcellos Guimarães (MTb 2109/MG)
Impressão: Editora Littera Maciel Ltda
Tiragem: 12.500 exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.
O Jornal do Psicólogo as publica por acreditar na diversidade das idéias.

Nesta seção o JP conta com a colaboração de Suzana Veloso Cabral, psicóloga, psicomotricista Relacional pela Associação para o Estudo da Comunicação e Relação (Barcelona)/ Escola Internacional de Psicomotricidade Relacional. Co-autora do livro: Educar vivendo: O Corpo e o Grupo na Escola (1988).

Psicomotricidade, Educação e Aprendizagem

Suzana Veloso Cabral

É o desejo que move qualquer aprendiz a conhecer algo. Um aprendiz busca o saber, quer compartilhar de algum patrimônio cultural e, para tal, estabelece relações, investidas de afeto, com o objetivo do conhecimento com o processo de aprendizagem, com os mestres que podem conduzi-lo em sua busca e, até mesmo, com a instituição onde ocorre a aprendizagem. Ele deseja.

É a possibilidade de desejar e de inscrever e expressar em linguagem os fatos da interrelação humana, ou seja, de ter acesso à representação psíquica dos afetos a nível simbólico, que caracteriza o ser humano. Constitui o motor, a energia que move toda a praxis humana e, pelo fato de nunca ser integralmente satisfeito e, ao contrário da necessidade, poder ser adiado e postergado, gera um estado de tensão que, por sua vez, leva este mesmo desejo a se precisar e se fortalecer. O desejo, sempre marcado pela falta, busca novas formas de satisfação que vão passar pela inscrição, pela representação dos afetos e por sua sublimação em atividades possíveis, no enquadre do permitido e incentivado pela cultura e pela sociedade.

Assim, é característico do humano o fato de cada indivíduo ser capaz de criar e inventar, inconscientemente, modos de jogar com seu desejo e de sossegá-lo, quando não há uma resposta do meio que possa permitir sua satisfação, ou quando o objeto desejado não é acessível de imediato, ou mesmo é definitivamente interditado.

Este jogo com o desejo segue um processo evolutivo que, a partir da percepção e da atividade perceptiva, começam a se formar símbolos que são apreendidos e registrados a nível psíquico. Ao mesmo tempo, o foco de atenção dirigido pela consciência para este material constitutivo do psiquismo e para o próprio sujeito permite novas elaborações, a partir de si e de novas formas de sublimações através da cognição e aprendizagem, de novos modos de se defrontar o social.

A criança se coloca como aprendiz diante da escolaridade. Seu desejo de conhecer e de se tornar apta para decodificar os símbolos que permitem o acesso a vários domínios da criação cultural do ser humano, ou seja, de saber ler e escrever, contar e operar com números, requer um investimento afetivo e um esforço de concentração e de raciocínio para assimilar os dados dessa nova realidade. Ela se posiciona, na escola, como sujeito de seu saber.

O sujeito é tomado da perspectiva do Eu, que se situa na brecha, que se instaura entre o aparelho psíquico e o discurso. É na medida em que a consciência se volta sobre si mesma, sobre esse discurso, que se identifica o próprio sujeito. Assim, o sujeito é a consciência de *se saber ser*, ser incompleto, desejante, ser inscrito em uma história a partir dos modos criados para jogar com seu desejo, podendo se afirmar através de criações e realizar algo que o especifica em seu discurso individual.

O processo de aprendizado escolar não pode ser desvinculado do saber acerca do Eu dessa criança, de seus processos de identificação com os adultos significativos, a partir do primeiro modelo do pai. Sua história pessoal e sua relação afetiva imprimem uma marca definitiva a se modo de acesso à realidade e ao estilo de construção de seu pensamento sobre o mundo e suas relações espaço-temporais e causais.

É movida pelo desejo de conhecimento, por sua possibilidade de fantasiar, de criar um espaço do possível, a partir do momento em que o ser humano descobre que ser tudo e ter todas as coisas que deseja não é possível, que a criança acede ao fazer cultura e chega à escola, onde este processo deve prosseguir, sistematizando os conhecimentos pertinentes à inserção cultural do indivíduo, sobretudo no domínio da leitura e escrita e transmissão do cabedal de conhecimento humano.

Diz Françoise DOLTO, em seu livro "La causa des enfants" (Paris, Robert Lafont, 1985): "A Educação tem, no verdadeiro sentido do termo, o objetivo de guiar as crianças da natureza à cultura".

Para se cumprir este papel de promotor da ordem da linguagem, a nossa Escola está totalmente despreparada, pois nela não existe espaço para o individual face ao grupo, para o sujeito e seu desejo confrontado com o código cultural a que as Escolas e Educadores deveriam estar atentos e ao qual se deveria permitir o acesso de modo consciente.

Por exemplo, as questões de cidadania, com as transformações políticas do nosso país, as novas relações de parentesco que surgiram com a mudança da família atual, no que se refere a separações e novos casamentos ou mesmo aos filhos de mães solteiras, os conhecimentos sobre a sexualidade humana que atinge a criança em seu lar através das comunicações de massa, ainda não têm espaço definido na Escola. Por outro lado, estas questões que permeiam todo o processo de acesso ao código da cultura e do humano, frente ao qual o sujeito e seu discurso se especificam no jogo do desejo e da busca espontânea do conhecer e crescer ao se desenvolver.

A nossa Escola prioriza o ter conhecimentos, em detrimento dessa mediação que deveria exercer entre o acesso a si mesmo, enquanto sujeito e inserção no social. Para transformá-la, seria necessário começar a abrir um outro espaço em seu corpo institucional, um espaço de vivência e de expressão, onde a imaginação e a criatividade tenham oportunidade para se manifestar.

Uma Escola viva, que dá lugar à imaginação e pode acolher as expressões infantis, reconhece a criança que brinca, fantasia, cria, e pode ajudar a integrá-la, já que esse mundo infantil não foge aos seus padrões éticos e não será considerado marginal do processo escolar.

A psicomotricidade Relacional pode contribuir para isso, através do espaço de jogo simbólico. Diz Lapierre, seu criador: "A Psicomotricidade Relacional vai permitir à criança viver seus fantasmas inconscientes através de um jogo simbólico onde o adulto consciente lhe serve de parceiro (...) A experiência

provou que este trabalho permite eliminar bloqueios pedagógicos, liberar a criança de suas tensões e angústias, permitindo-lhe uma melhor disponibilidade e uma autonomia diante da aprendizagem escolar e da vida relacional."

E ainda: "(...) Nós falamos, no nível da escola, não de pedagogia, mas de prevenção, de profilaxia mental. Isto é particularmente importante na escola maternal e na creche, quando a personalidade não está ainda estruturada. A Psicomotricidade Relacional encontra aí toda sua eficácia".

O modelo de intervenção psicomotora inclui momentos livres de jogo simbólico, com ênfase na relação através da expressão corporal e lúdica, da utilização de materiais amplos e pouco estruturados que possibilitam o surgimento dos afetos e a criação de cenas simbólicas, permitindo ao sujeito falar de si, de seu mundo, de seus conflitos e interesses.

A expressão de cada criança é acolhida dentro do grupo, seguindo um enquadre por regras simples que preservam a integridade de cada um.

O animador do grupo decodifica e intervém corporalmente, usando sua disponibilidade tônica e sua contenção corporal, para complementar, como parceiro simbólico o jogo da criança. Aí ele a ajuda a modular seus modos de relação e até a encontrar novos meios de se relacionar melhor.

Os temas vividos através da relação psicomotora do grupo começam a surgir na sequência das sessões e são utilizados para o aprendizado da leitura escrita e cálculos, nos momentos pedagógicos mais estruturados, que transcorrem no dia a dia da sala de aula, de modo construtivista, a partir do centro de interesse dos alunos. Alguns exemplos podem ilustrar melhor esta praxis psicomotora.

Numa experiência com o maternal I da Escola Recreio de Belo Horizonte, as crianças, vivendo a angústia de separação da mãe, um dia tamparam meu rosto com panos, descobrindo que podiam provocar a ausência do desconhecido que as assustava. Isto mobilizou o grupo, fazendo que alguns emergentes parassem de chorar e que os mais passivos se envolvessem no jogo, através do olhar. Em vários momentos, depois disso, o jogo com o rosto tampado, do animador ou de si mesmo, tornou-se uma expressão simbólica importante de controle da presença/ausência. Numa outra sessão, foi criado um código: de rosto tampado é o personagem do lobo; com um pano, como lenço amarrado no pescoço, é o caçador. Estávamos aí em plena expressão simbólica que permitiria a transposição pedagógica para a sala de aula. As estorinhas do lobo mau e dos três porquinhos, do chapeuzinho vermelho, foram reinterpretadas pelas crianças e "estudadas", contadas e recontadas, além de dramatizadas, com a professora, para falar do temor dos possíveis e imaginados ataques contra essa "gente pequena", ainda indefesa no mundo dos adultos, a cujas portas começam a ter acesso. Além disso, as crianças, ao visitarem uma mata anexa à escola resolveram procurar o lobo por lá; alguns receosos, outros intrépidos, seguindo as trilhas, no meio das plantas, acompanhados pela professora de sala. No final, meio desapontados, descobriram que ali não havia lobo, mas encontraram borboletas, passarinhos, formigas, que foram estudados como bichos, enriquecendo seu conhecimento do mundo.

Nesta mesma escola, algum tempo depois, uma turma de alfabetização do 3º período teve uma vivência das mais interessantes. Na sala havia um menino mais criativo, apesar de agressivo, que um dia resolveu, num jogo simbólico, dar vazão criativamente à sua agressividade transformando-se num índio de outro planeta, pintando seu rosto com maquiagem de tinta, atividade em que foi, logo seguido por outros colegas. Eles fizeram uma dança, estilo tribal, com passos das várias lutas que viam nos seriados de TV ou na capoeira, que faziam na escola e acabaram numa cena ritual de sacrifício. Um era a vítima, que era "morta" com lintas passadas em seu rosto, peito e braços, já que estavam de calção, sem camisa. Em torno dele, todos gritavam, dançavam e pulavam. Um som foi surpreendente para os adultos que os acompanhavam em seu jogo: E-GUI! Eles gritavam alto, muito parecido com Ego, fazendo os educadores pensarem nessa instância psíquica, no eu de cada um, no processo de afirmação do grupo.

Na rodinha, as crianças resolveram conversar sobre como se sentia o índio do outro planeta na terra, como eram os índios e os homens primitivos que não sabiam de nada e iam precisar aprender as coisas da terra para se comunicar. Daí surgiu a curiosidade, alimentada pela professora, Como se vivia na terra há muito tempo? A pesquisa foi colocada: os homens primitivos. Descobriu-se que viviam de caça, moravam nas cavernas, vestiam-se de peles e - pasmem! - escreviam com desenhos nas paredes das cavernas. O interesse aguçou-se pois eles estavam sendo alfabetizados, aprendendo a escrever. A escola fez um convite a uma professora de História que veio dar-lhes uma aula sobre as escritas primitivas, os hieróglifos, enfim, veio situá-los de acordo com o seu interesse, como herdeiros de muitas gerações de seres simbólicos, da ordem da linguagem.

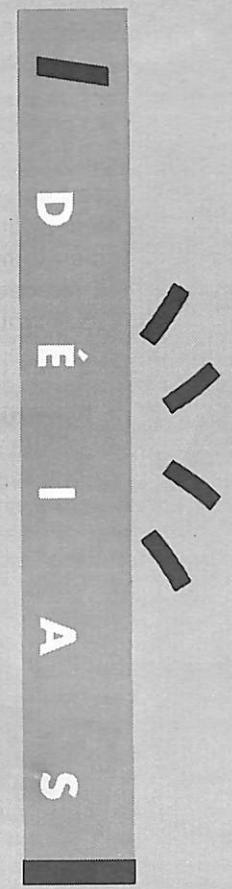
É interessante, que as turmas da pré-escola vivem seu mundo de fantasias e criam pesquisas de seu interesse permitindo a existência de um currículo vivo e dinâmico. Outras turmas trabalhadas já pesquisaram vampiros, reis e castelos, ninjas ou mesmo a própria família e cidade, já num nível mais próximo da realidade, depois de brincarem com os vários personagens de fantasia e de viverem a casinha, com a mamãe/papai/filhinho, nas escolas de Psicomotricidade Relacional.

Numa sala especial, anexa a uma escola estadual, o tema gerador de estudos foi um outro índio, esse, dono de cabeças de gado numa fazenda, que pagava a seus empregados com cheques e que tinha que lutar contra ladrões, que eram presos sob as carteiras, alinhadas junto às paredes, onde transcorria a vivência. Aí a matemática pode ser estudada através de pagamentos do patrão a seus empregados, criando problemas de soma, subtração, etc, com sentido para as crianças.

Também em outra escola pública, esta de educação especial, as crianças buscaram os temas de seu interesse e as educadoras ficaram impressionadas porque as crianças criaram, nas vivências psicomotoras, lunetas para ver o cometa Halley, na época de sua passagem nos céus brasileiros. Eles, apesar de deficientes eram capazes de reconhecer e pesquisar os assuntos da atualidade!

Em outra escola, essa da prefeitura, a surpresa foi ver que as crianças brincavam de Tonho da Lua, um personagem de novela que, podíamos dizer, tinha problemas semelhantes aos deles, crianças com síndrome de Down. Aí as crianças reconheciam sua situação de "diferentes", mas eram capazes de se afirmar, de criar e produzir, como o fazia o personagem simbólico escolhido por elas.

Concluindo, o que a Psicomotricidade Relacional pode contribuir para Educação e para a aprendizagem liga-se à constituição deste novo espaço de desejo na escola, à possibilidade de ajudar as crianças a se mostrar mais livres para aprender e para desenvolver sua criatividade e seu interesse na busca do saber, além de ter um papel relacional importante na promoção de sua socialização e na afirmação de si mesmos como indivíduos.



Histeria

O livro "Estruturas Clínicas na Clínica: A Histeria", da psicanalista argentina Cíntia Palonsky, em colaboração com o psicólogo mineiro Mário Lúcio Vieira da Silva, não se trata nem de uma análise exaustiva de toda a bibliografia conhecida, nem de uma obra que apresente grandes novidades teóricas. No entanto, a importância dos quadros de histeria, a enorme dimensão de suas consequências e a frequência com que aparecem nos consultórios justificam este trabalho.

Já na apresentação da estrutura histérica como tal, os autores organizam o material em função da questão do saber, quase como um jogo de perguntas e respostas, partindo do que consideram os pontos de estrutura que permitem, facilitam e até talvez justifiquem o surgimento da problemática da histeria. Essas perguntas, ressaltam Cíntia e Mário Lúcio, ao lado da posição do sujeito diante da castração do Outro, orientação, na clínica, a identificação da estrutura histérica. São perguntas que dizem respeito a: o que desejar? A quem desejar? O que é ser mulher? O que os homens desejam nas mulheres? O que as mulheres desejam nos homens? Muito mais do que uma simples curiosidade, estas perguntas básicas vão funcionar como eixo e guia da vida do sujeito histérico, que vai se dedicar a tentar achar uma resposta para elas. Porém, a maneira como o sujeito histérico vai procurar as respostas é bastante particular: se de um lado procura saber, de outro ele realmente não quer chegar a saber.

• **Estruturas Clínicas na Clínica: a Histeria**
PALONSKY, Cíntia; com a colaboração de Mário Lúcio Vieira da Silva. Editora PUC-Minas, Belo Horizonte, 1997. 86p.



Minoria e Multidão

Fazendo interagir erudição com fatos históricos, o lingüista Noam Chomsky apresenta os fatores da intolerância e exclusão das diferenças neste fim de século, no seu livro "Minoria Próspera e Multidão Inquieta".

Elaborado a partir de entrevistas feitas nos anos de 1992 a 1993, o autor aborda a nova ordem econômica mundial e o esvaziamento cultural, passando pela revisão interna do seu próprio contexto americano. É a voz de um americano que destoa entre os prognósticos otimistas de tantos defensores da globalização.

Noam Chomsky é considerado hoje um dos mais respeitados profissionais da Lingüística. Mas com o livro "Minoria Próspera e Multidão Inquieta", ele revela outro lado de profissional brilhante. Escreve sobre temas contemporâneos com a mesma competência com que faz suas teorias lingüísticas. Mais do que isso até, transforma sua preocupação com a linguagem na explicitação dos interesses das classes dominantes.

• **Minoria Próspera e Multidão Inquieta**
CHOMSKY, Noam. Editora UnB, Brasília.
Cód 17990. R\$15,00

Betinho, presente!

"Quem se contenta com o possível nunca constrói o que quer, pois fica preso nos limites da mediocridade". Betinho

Herbert José de Souza, o Betinho, morreu na noite do último dia 10 de agosto, aos 62 anos de idade, em sua casa no Rio de Janeiro, cercado por familiares e amigos. Convivendo há 11 anos com o vírus da Aids, Betinho teve seu estado de saúde agravado por causa de uma hepatite, tipo C, contraída durante uma transfusão de sangue.

Nascido em Bocaiúva, norte de Minas, exilado político, irmão do cartunista Henfil, sociólogo formado na UFMG, Betinho despertou a sociedade para um dos mais cruciais problemas do país: a fome do povo. Mesmo sabendo que a causa deste grave problema é estrutural, Betinho lançou o movimento "Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida", que mobilizou milhares de pessoas em todo o Brasil.

Plantou uma semente de solidariedade aos excluídos e de luta contra a fome e a miséria que atinge milhões de pessoas no país.

Ao cidadão Betinho, o respeito e a homenagem do CRP-04!

Hilda Furacão

A peça "Hilda Furacão" é uma adaptação feita pelo teatrólogo Marcelo Andrade do famoso livro do escritor Roberto Drumond, que já se encontra em sua 11ª edição. A história narra a vida de Hilda Furacão, uma jovem e bonita mulher de família classe média que, no final da década de 50, escandalizou Belo Horizonte ao escolher a prostituição por livre e espontânea vontade.

A montagem de Marcelo Andrade descreve através da música e da dança - e com leveza, humor e paixão - a espiral vertiginosa vivida pela bela Hilda em direção ao submundo da prostituição. Os protagonistas são interpretados pelos atores cariocas Mariane Vicentini (Hilda), Cláudio Lins (Frei Malthus) e Guilherme Linhares (auter-ego de Roberto Drumond). O elenco se completa ainda com Duse Naccarati, Maria Helena Dias e 20 bailarinos, sendo 13 deles mineiros. Após a estréia em Belo Horizonte, a montagem deve seguir para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Teatro Klaus Vianna/Telemig, Av. Afonso Pena, 4001, Mangabeiras. Telefones: (031) 281-5671 e 229-4316. De 5ª a sábado, às 21 horas, R\$20,00. E domingo, às 19 horas, R\$25,00. Até o dia 19 de outubro.



Romão e Julinha

Remontando um espetáculo que dirigiu há 25 anos e que deu início à sua carreira profissional de diretor, Pedro Paulo Cava, traz de volta "Romão e Julinha". Reúne a beleza e a magia das grandes histórias e uma linguagem esquecida pelas crianças de hoje.

O texto premiado de Oscar Von Pfful é baseado na obra de Romeu e Julieta. A história se passa num país imaginário onde moram gatos de duas cores - brancos e amarelos. Julinha, uma bela gatinha branca, é filha do Rei Gato Branco e se apaixona por Romão, gato amarelo, pescador e ganhador de torneios de tiro ao alvo do reino. E como na peça de Shakespeare, o amor entre os dois é proibido. Mas neste caso, o conflito tem um final feliz, recheado de música, emoção e muito bom humor.

O espetáculo "Romão e Julinha" estreou no Teatro



da Cidade (Rua da Bahia, 1341, telefone: 273-1050) em agosto passado e segue temporada, com apresentações aos sábados e domingos, às 16:30 horas.

Para quem apresentar a carteirinha do CRP-04, o desconto é de R\$3,00 no valor do ingresso, que passa então de R\$8,00 para R\$5,00. Somente para compra na bilheteria do teatro.

CONVERSÇÕES

A FAFICH-UFMG sediou, em agosto, o Seminário de Filosofia Analítica que contou, dentre outros, com a presença do filósofo norte-americano, Richard Rorty. O JP, antenado com as discussões trazidas pelas mãos do neo-pragmatismo, e contando com a colaboração de Mariana Mendonça e Lúcio Marzagão, conversou com Cristina Magro, lingüista, professora da UFMG e bolsista de Rorty durante sua tese de doutoramento. Afinal, a linguagem é o instrumento, por excelência, do trabalho de psicólogos e psicanalistas.

Cristina nos conta que entrou para a universidade em 71, quando se dava a "revolução chomskyana", com a forte proposta de matematização da análise da linguagem, por ela encarada como "esvaziamento da linguagem". O interesse da nossa entrevistada já residia nas relações entre *linguagem e pensamento, linguagem e conhecimento do mundo* e a proposta da linguística não lhe parecia frutífera para investigar essas questões. Fez então sua dissertação de mestrado em sociolinguística, depois estudou psicolinguística, procurando nas interseções da linguagem suas respostas, afastando-se da sintaxe, que na época definia a própria linguística. Magro ilustra seu percurso com uma referência a Lakoff e Johnson no "Metaphors we live by": porque o mundo é como é, e nós somos como somos, nosso sistema conceitual é organizado metaforicamente", diziam os autores, que também já tinham se distanciado da linguística oficial. Do se perguntar "como somos?" à biologia e a Maturana, foi um passo decisivo para que Cristina se tornasse especialista nesse autor, com quem estagiou no Chile. Acompanharemos um pouco de seu trajeto através dos autores eleitos, Humberto Maturana e Richard Rorty, para entendermos melhor como aproxima biologia e filosofia no campo da linguagem e da cognição, matéria que vem trabalhando no doutorado com a observação de pacientes com lesão cerebral.

O fato de Maturana ser um cientista leva-o a criar uma linguagem que fixe da melhor forma possível os conceitos básicos da teoria. Recorre a este mecanismo de modo rigoroso visando a constituir com seus leitores um *espaço de concordância* a partir do qual ele possa falar. Aliado a isso, seu pensamento circular acaba gerando sentenças longuíssimas e seu texto se torna difícil de ler. Trabalhando na tradução de Maturana para português e inglês, e com o alerta de Rorty de que a ciência exige muito mais concordância do que a filosofia, Cristina Magro nos ajuda a compreender sua linguagem e sua teoria, que são de fato inseparáveis.

Maturana constitui um mecanismo explicativo para falar dos seres vivos e de

sua fenomenologia a partir da hipótese da autopoiese, e o explora em suas consequências para o domínio dos fenômenos psíquicos e sociais. Nisto cria palavras e expressões ('autopoiese', 'trazer à mão'), omite preposições ('viver o mundo'), mexe na linguagem buscando a adequada configuração de suas idéias. Dizer 'vivemos em um mundo', ilustra Cristina, é como se o mundo estivesse lá fora independente de mim e eu vivesse nele. Sua opção 'vivemos um mundo' diz que o que eu vivo depende de mim de muitos modos. As idéias de Maturana favorecem perguntas sobre a articulação entre ser humano enquanto ser vivo e seu comportamento. Fenômenos psíquicos, a linguagem, fenômenos espirituais são aqui fenômenos relacionais, estão no domínio do comportamento - sem que com isto ele possa ser chamado de comportamentista. Nesse sentido ele se aproxima da perspectiva de Davidson e Rorty, chamada 'externalista'.

Para Magro, Rorty e Maturana se aproximam ao descentralizarem o conhecimento e a linguagem concebendo-os como atividades, modos de nos relacionarmos, podendo-se, a partir daí, apostar na centralidade da linguagem. Em outras palavras, é nela que podemos entender nosso estar no mundo, nossas culturas, nossas conversações, nossas práticas profissionais e familiares, e toda pergunta que implique um mundo fora da linguagem ou prévio a ela sequer faz sentido. Em nossa tradição, na linguística não sendo diferente, a linguagem é uma mediação entre um mundo lá fora e independente e um sistema conceitual, aqui dentro, numa visão representacional do conhecimento e da linguagem. Aí a linguagem é apenas um meio.

Ler Maturana com a chave de Rorty trouxe para Cristina enormes benefícios. Um deles foi 'filtrar' a linguagem de Maturana favorecendo suas discussões com a própria linguística, com os não-iniciados e com outras áreas de pesquisa, uma vez que Maturana praticamente não cita outros autores que estão no mesmo debate que ele. Tornou-se possível para ela, a partir de então e com o melhor espírito pragmatista, 'usar' a teoria e não repeti-la sob a forma de 'credo'.

Além disso, as idéias de Rorty lhe possibilitaram ampliar o leque de possibilidades de consequências de quaisquer teorias, atitudes, conversações ... Como Maturana está pondo em funcio-

namento seu mecanismo explicativo seguindo as coerências operacionais de um discurso científico, e ainda, ciente de que é na linguagem que construímos um mundo com os outros, com frequência deduz consequências de suas postulações que Cristina considera demais lineares e rígidas. Como ele é o autor, tem o direito de fazer isto, mas sendo nós os leitores, diz Cristina, precisamos entender o que está fazendo e como o faz. Por considerar Rorty o filósofo que melhor faz leituras e releituras de autores com que lida, para Cristina ele supre nossa carência de um lastro cultural para falar da linguagem nesses termos, permitindo-lhe formular questões que antes não tinha como fazer. O que é interessante em Rorty, diz Cristina, é que ele flexibiliza nossas leituras dos autores que cita, falando positiva ou negativamente deles de modo contingente com os argumentos que está tecendo naquele momento. Cristina elogia o que para muitos é motivo de crítica e desprezo deste filósofo.

Sobre o pragmatismo, Cristina parte de um aforismo de Maturana: viver é conhecer. Acha interessante poder falar do pragmatismo a partir desta visão biológica do ser vivo - aquele que está em congruência em seu mundo, que ou está adaptado ou não está, e aí está morto. No pragmatismo, o conhecimento é nossa forma de lidar no mundo, e a atribuição de conhecimento não é metafísica, não é transcendental. Ao dizermos que alguém sabe linguística, psicanálise ou balé, estamos fazendo referência a uma comunidade de observadores que atribui esse conhecer, estamos trazendo conhecimento para o espaço das relações. Nessa mesma direção está a alegoria dos fabricantes de utensílios, de Michael Reddy, a que Cristina se refere em seus textos recentes e em sua apresentação no Seminário de Filosofia Analítica e Pragmatismo, "O que é uma teoria da linguagem". Reddy nos ajuda a compreender que as palavras adquirem significado e as sequências de palavras uma estabilidade que tratamos como 'código', numa história longa de construção coletiva, mesmo que as trajetórias cognitivas que levam a isto sejam fadadas ao esquecimento, e que passemos a tratar código e significados como a priori das conversações - e não como produtos de nossas relações interpessoais.

Para nós, psicólogos, demandados em uma escuta diferenciada, aguçada e atenta aos sentimentos e emoções envolvidas nas interlocuções, tomá-las como movimentos conversacionais e como produto de um trabalho conjunto permite-nos compreender (empreender com o outro) o que está sendo falado num dado momento, atribuir e produzir significado para além dos conceitos e das palavras que por si só escorregam. Este é o modelo dialógico no qual o movimento conversacional produz a realidade que vivemos, a emoção especificando os espaços de significação.

A esta visão dialógica contrapõe-se o modelo monológico, que mantém a primazia do código lingüístico, onde o indivíduo é a sede da linguagem, do conhecimento, e produz sentenças. Aqui o movimento significativo e a construção

não são relevantes. Apesar da linguística não ser uma disciplina homogênea, afirma Cristina, a ausência de um quadro teórico adequado dificulta a explicitação de certas relações como as que a Análise do Discurso trabalha: entre ideologia e texto, entre o que se chama de "subjetividade" e texto, por exemplo. A ela só resta descrever, não explicar. A *lingüística paradigmática*, como Cristina se refere à visão dominante na área, é como uma necrópsia da língua: suas análises formais pretendem pegá-la estante, visando a decompô-la em partes e ver como estas se relacionam. Ao matar o movimento significativo, reduz a linguagem a um simples código. Rápida e sutilmente Lúcio Marzagão a apelidou então *de linguística formolizante*.

Mesmo fazendo a ressalva de que de psicanálise e suas teorias entendem mesmo os seus entrevistadores, Cristina fala de Freud ter promovido uma ampliação de nosso espaço de significação. Ainda assim, como as pessoas o lêem? pergunta. A cada época uma leitura distinta das teorias pode ser feita, em quaisquer áreas. No caso da psicanálise, as idéias de Freud prestaram-se a uma chave para trancafiar alguém ou a um cetro de autoridades sobre pessoas em situação debilitada. Todos os textos têm sua deriva, diz Cristina, e nossas conversações e suas contingencialidades são nossa possibilidade. Não podemos almejar garantias fora delas.

Questionada sobre seu texto "Mãe faz Cem Anos", apresentado num congresso de linguística no ano passado, Cristina explica porque diz que Lacan combateu a metafísica da mente mas postulou a falta e do desejo: algo está universalmente posto, numa determinada forma (a da ausência), que é supra qualquer individualidade, qualquer atuação, algo que será inevitavelmente a mola do viver de qualquer um.

Para encerrar, perguntamos se a abordagem da psicanálise balizada pela pragmática poderia promover uma limpeza de "chaminé conceitual" nas psicanálises que surgiram nesse século, e como. Respondeu-nos que preferia falar de uma "terapia", como diz Rorty, uma leitura terapêutica. Ao destranscendentalizar a questão do conhecimento e da psiquê, o pragmatismo, a filosofia pós-nietzscheana e as idéias de Maturana secularizam e destranscendentalizam a fenomenologia humana. A linguagem, o conhecimento, os fenômenos psíquicos são tomados como fenômenos que emergem em nossas relações no mundo e envolvem outros seres vivos, não redutíveis à nossa fisiologia mas dependentes dela, nem elimináveis de nossas redes conversacionais. A diversidade de mundos que daí surge é enorme. Sem mistérios da ordem do indizível, podemos entender a inelutável participação dos indivíduos com suas emoções na configuração desses mundos. Mas disto entendem mesmo o Lúcio (Marzagão), o Jurandir (Freire Costa), o Benilton (Bezer-ra), acrescenta Cristina.

Neste cenário, o "paciente" ganha um papel mais ativo do que ele talvez jamais tenha tido, historicamente, em certos divãs!



MARCLO KRÜSER

Juiz de Fora

Com o objetivo de formar psicoterapeutas na abordagem gestáltica será realizado curso de formação em Gestalt-Terapia, com duração de 2 anos, no horário de 9 às 18 horas em um sábado por mês e com um workshop semestral. O curso é aberto a psicólogos, psiquiatras e estudantes de Psicologia a partir do 8º período, estando seu início marcado para setembro próximo. A coordenação está a cargo de Ana Lima e Margareth Gonçalves, psicólogas clínicas com formação em Gestalt-Terapia. Maiores informações e inscrições: telefones (032) 212-8342 ou 215-0687.

A Escola Brasileira de Psicanálise-Juiz de Fora/MG realiza os seguintes seminários, até o mês de novembro

1. "A Angústia e o Desejo do Outro". Coordenador: Carlos Eduardo Leal - RJ. Dias: 13 de setembro, 11 de outubro e 8 de novembro
2. "A De-cadência do Sujeito". Coordenador: José Eduardo M. Amorim - JF. Local dos seminários: Rua Benjamim Constant, 1000. Promoção: CAPS/CASAVIVA. Dias: 24 de setembro, 29 de outubro e 26 de novembro. E promove ainda um Núcleo de Pesquisa sobre Psicose, sob a coordenação de José Eduardo M. Amorim. As pessoas interessadas neste estudo poderão telefonar para (032) 211-3886, onde podem obter maiores informações

Uberaba

A coordenação geral do II Fórum Mineiro de Psicanálise, que será realizado em Uberaba, no período de 11 a 14/06/98, informa que os profissionais interessados em apresentar trabalhos poderão encaminhar cópias para o seguinte endereço: CIEPSI - Círculo de Estudos Psicanalíticos, à Rua Alfen Paixão, 77, Bairro Mercês, Uberaba/MG, Cep 38060-230. O tema geral do II Fórum é "Psicanálise: prá que isso? E os sub-temas:

1. "Psicanálise: o que?"

- História da Psicanálise em Minas Gerais/Brasil.
- Quatro conceitos fundamentais: inconsciente, repetição, pulsão, transformação.
- Construções teóricas do dia-a-dia do analista.
- Diferença.
- Articulação do saber psicanalítico com outros saberes.
- Pesquisa: Psicanálise sem divã

2. "Psicanálise: por que?"

- Os grupos e a psicanálise de grupos.
- A produção de novas subjetividades e a clínica psicanalítica.
- Psicanálise e processos de desinstitucionalização.
- A "psicose analisável".
- Crise.
- Limites da clínica.
- Vicissitudes do ofício da analista.
- Impasses.
- Psicanálise e psicofármacos.

3. "Psicanálise: prá que?"

- Psicanálise e seus fins: da análise dos fins ao fim da análise.
- A direção do tratamento.
- Os limites do analista.
- Auto-análise?
- Da morte à criação.
- Enlaces e desenlaces.
- O dispositivo do passe.

Para outras informações, telefonar para (034) 333-0931 ou (034) 312-7761

Vitória

Foi realizada em Vitória/ES, no período de 14 a 19/09/97, a Vª Semana de Psicologia da UFES- Universidade Federal do Espírito Santo. A programação foi marcada por palestras, mesas-redondas, mini-cursos, apresentações de trabalhos e oficinas, além de eventos culturais que envolveram artes, música, teatro, literatura e poesia. O evento foi apoiado pelo CRP-04.

CRP-04 está na Internet

O CRP-04 está agora integrado à maior rede de informações do mundo: a Internet. Você, psicólogo, já pode se comunicar conosco através do E-mail: CRP04@Prover.com.br.

Através deste endereço eletrônico será possível receber todas as mensagens de maneira mais ágil. E inclusive, este será também um caminho para a remessa de textos a serem publicados no JP. Estamos aguardando a sua sugestão, a sua crítica, o seu trabalho, ou seja, a sua participação.

E o nosso objetivo é ampliar ainda mais essa comunicação. Brevemente teremos também a nossa home page, com dados sobre os projetos do CRP-04, legislação específica, eventos, teses e dissertações na área da Psicologia, textos para consultas, entre outras informações.

O Conselho Federal de Psicologia e alguns dos Conselhos Regionais, a exemplo do CRP-04, também estão se integrando à Internet. Veja abaixo os endereços:

- CFP: E-mail: federal@rudah.com.br
<http://www.psicologia-online.org.br>
 (DF) CRP-01: crp01@nuteconet.com.br
 (BA/SE) CRP-03: psi@svn.com.br
 (RJ) CRP-05: crp05@netrio.com.br
<http://www.netrio.com.br/crp05>
 (SP) CRP-06: crpsp@psicnet.com.br
 (GO/TO) CRP-09: crp09@netlin.com.br
 (SC) CRP-12: crp12@iaccess.com.br

Iº Encontro das Escolas de Psicologia

O CRP-04 juntamente com a UFMG, PUC, FUMEC e Newton Paiva promoveram o Iº Encontro das Escolas de Psicologia de Belo Horizonte, realizado na FAFICH/UFMG, no período de 24 a 26 de setembro. O objetivo do evento foi permitir melhor integração entre as agências formadoras e promover o fortalecimento da Psicologia como ciência e profissão.

As palestras, mesas-redondas e sessões de comunicação oral foram espaços para discussão e aprofundamento das questões relativas ao ensino, pesquisa e extensão, com a participação de alunos, docentes e profissionais da área.

O CRP-04 e as agências formadoras buscaram, neste encontro, repensar a formação profissional da área considerando o momento atual e as perspectivas para a Psicologia e os psicólogos do século XXI. Pela primeira vez os cursos de Psicologia de Belo Horizonte estiveram unidos para partilhar experiências e redefinir caminhos, visando o crescimento do aluno e do profissional.

PORTARIA CRP - 04/008/97

Ementa: Altera composição da Comissão para aquisição de imóvel para sediar o CRP-04, instituída pela Portaria CRP-04 nº 002/97

O Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES), em seu VIII Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
 Resolve:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão Extraordinária para aquisição de imóvel para sediar o CRP-04, que passa a ser composta pelos seguintes membros: Zulma Canuto, Maria Aparecida de Oliveira Krollmann, Júlio Flávio de Figueiredo Fernandes, Claudine Costa Corrêa e Ricardo Figueiredo Moretzsohn.

Art. 2º - A Comissão referida no artigo anterior fica instituída por deliberação da 55ª Reunião Plenária realizada na data de 21/06/97, para efetivar tais providências, em atendimento à legislação atinente à espécie.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua aprovação e revoga as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 15 de julho de 1997

Danusa Gomes Prates
 Conselheira Presidente do CRP-04 em exercício

As árvores do conhecimentos

Novas tecnologias e a inteligência coletiva

Paulo Sérgio de Carvalho *

Há cerca de dez anos, coordenado pelo filósofo Michel Serres, funcionou na Sorbone o grupo de História das Ciências de que participavam estudiosos de várias áreas, tais como os nomes hoje conhecidos de Bruno Latour, Isabelle Stengers, Michel Authier e Pierre Lévy. Inspirados pelos conceitos filosóficos desenvolvidos por Serres, de *mediação* e *distribuição* - a idéia de estudar o que se passa *entre* as pessoas, sem pertencer especificamente a um sujeito ou objeto - foram desenvolvendo a noção de *Inteligência Coletiva*.

Nos anos seguintes, Pierre Lévy - que combina uma formação em história da ciência, sociologia, filosofia e experiência técnica na realização de sistemas de informação - aprofundará estudo sobre esse conceito, publicando vários livros, dois deles traduzidos no Brasil (Tecnologias da Inteligência e O que é o Virtual?). Neste último ele se pergunta: "Como coordenar as inteligências para que se multipliquem umas através das outras ao invés de se anularem? Há meio de induzir uma valorização recíproca, uma exaltação mútua das capacidades mentais dos indivíduos em vez de submetê-las a uma norma ou rebaixá-las ao menor denominador comum?"

A pesquisa de seu colega Michel Authier - matemático e sociólogo - oferecerá o suporte matemático para uma possível solução desta questão política; ele desenvolve um algoritmo que possibilita analisar grandes quantidades de informações de natureza heterogênea e com interações múltiplas e complexas.

No âmbito de um grande projeto do governo francês, a chamada Missão para a Universidade da França, nos anos de 1991 e 1992, o trabalho conjunto de Pierre Lévy e Michel Authier resultará na criação das *Árvores de Conhecimento (AdC)*

Lévy apresenta suas *Árvores* como "um método informatizado para a gestão global das competências e da formação nos estabelecimentos de ensino, nas empresas, nas organizações comunitárias e associações". As *AdCs* permitem a qualquer membro da comunidade ver reconhecida a diversidade de seus conhecimentos, mesmo aqueles que não são validados pelos sistemas escolares.

Na filosofia das *Árvores*, talvez alguns parentescos com Paulo Freire: "todos sabem alguma coisa; ninguém sabe tudo; o saber é imanente aos coletivos humanos". Trata-se, portanto, de um instrumento que trabalha contra a exclusão social e pela potenciação dos intercâmbios não-hierarquizados de saberes.

Cinco anos depois de sua criação, as *Árvores* já foram implantadas em inúmeras organizações francesas, inglesas, dinamarquesas, italianas, etc. Um projeto bastante interessante é o Acácia: a aplicação das *AdCs* em escolas de primeiro grau em várias pequenas cidades do interior da França, combinando a informática das *AdCs* com a pedagogia Freinet.

No Brasil, as *Árvores de Conhecimentos* começaram a chegar por meio de conferências de Lévy em São Paulo e Porto Alegre em 1994 e a publicação de seu livro com Authier, *As Árvores de Conhecimento* (Ed. Escuta, SP, 1995). A partir deste ano de 1997, trazidas e traduzidas pelo psicanalista e analista institucional Arthur Hippolito de Moura (mineiro de Dolores de Indaiá, radicado em São Paulo), elas começam a ser "plantadas" no Colégio Logos, em São Paulo. Estão em projeto outras implantações, por exemplo em um hospital psiquiátrico em Campinas.

É possível ver uma descrição simplificada deste programa na Internet, pelo seguinte endereço: <http://www.ddic.com>. Contatos podem ser feitos pelo telefone (011) 864-6813.

Para consultas de textos disponíveis nos sites: [Authier](http://www.cp2i.cea.fr/club/clubmen/clubauthier.htm) - <<http://www.cp2i.cea.fr/club/clubmen/clubauthier.htm>>

[Lévy](http://www.hotnet/~candido/cep.htm) - Centro de Estudos e Pesquisas Gilles Deleuze <<http://www.hotnet/~candido/cep.htm>>

(*) Psicólogo, mestrando na PUCSP/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do grupo de consultores da DDIC.

A Psicologia e a Polícia Militar

Chefe da Equipe de Psicologia do Hospital Militar, a psicóloga Maria Carmem Patrocínio faz Mestrado em Psicologia Social. Vem, desde 1993, preocupada com o aumento dos casos de abuso de violência por parte de policiais e com as denúncias nos jornais coincidindo com a escalada da violência urbana. "Comecei também a me preocupar com o fato de que muitas vezes a pessoa envolvida em episódios violentos não tinha uma personalidade criminosa e sim estava profundamente estressada. Ou estava em área de risco, ou deprimida. Então achei que antes de falar que a Polícia está mal preparada, a gente tem que começar a pesquisar mesmo", afirmou ela esclarecendo que esta é uma primeira pesquisa neste aspecto clínico, que vai falar de condições de trabalho, entre outras coisas.

Maria Carmem Patrocínio começou a trabalhar como psicóloga da Polícia Militar em 1985, integrando a primeira turma de 10 profissionais. Antes disso, os psicólogos trabalhavam na PM apenas com seleção de pessoal, uma experiência positiva mas limitada. Naquele momento de redemocratização, o Comando mineiro tomou então a iniciativa de incluir o psicólogo no corpo clínico da Polícia. "Primeiramente, o atendimento foi concentrado no Hospital Militar, depois 2 psicólogos foram para a Academia que forma os oficiais. Alguns anos mais tarde, nós conseguimos introduzir o psicólogo nos batalhões. Todo batalhão tinha um médico e um dentista. Agora tem também um psicólogo, que realiza tanto o trabalho clínico, quanto o acompanhamento pessoal", lembra ela.

Quando um policial se envolve em atos de violência contra civis, numa ocorrência que registra abuso, "ele é avaliado pelo psiquiatra e pelo psicólogo da Junta, porque às vezes esse policial não tem saúde mental. Se ele for psicótico e se estiver em surto, ele vai ser reformado. Se for outro tipo de problema, por exemplo, se for psicopata, ele vai ser excluído", explica ao enfatizar que sempre se procura analisar as condições do policial que vai para a rua.

Para o Hospital vão os indicados pelo psicólogo do Batalhão ou pelo médico. Pode ser por procura espontânea também, mas normalmente o policial vai porque algo aconteceu. Ou está dormindo mal por causa das mudanças de turno, ou está deprimido, ou tem muitos problemas pessoais, visto que a maioria é de origem pobre. Alguns são pacientes só da Psicologia, outros só da Psiquiatria e outros são atendidos por psiquiatras e psicólogos ao mesmo tempo.

A chefe da Equipe de Psicologia do Hospital Militar não tem dúvida de que a causa principal de tanto estresse entre policiais é a natureza do trabalho. "O trabalho é profundamente estressor. Eles convivem com todo tipo de violência e de transgressão. A maior parte do pessoal que está na rua é jovem e está na faixa inferior a 30 anos. São pessoas que atendem ocorrências muito violentas como por exemplo o estupro. Querendo ou não, isso mexe com seus conteúdos internos e vai acumulando. E além disso, tem a mudança de turno, a adaptação a um turno novo, o fato de não ter hora de sair do serviço. Às vezes, o policial já trabalhou 6 horas em pé e tem que atender alguma ocorrência nova mesmo que seja nos últimos 15 minutos do seu turno. E eles trabalham em condições difíceis", ressaltou dando como exemplo o caso dos policiais de trânsito, que trabalham 6 horas em pé, no meio da fumaça de carros e ônibus, numa função muito desgastante. E ele acaba levando esse estresse para a vida pessoal.

Como consequência, aumenta também a violência



MARCELO KRISER

doméstica. Segundo Maria Carmem, "isso é uma coisa que acaba com eles, porque quando eles começam a ficar agressivos em casa é sinal de que estão, de fato, desesperados. O militar já é mais separado da população civil e a família é um núcleo de muita importância para ele. E quando começa a se desentender com a família aí é que ele se deprime mesmo".

Mas a esposa, em caso de violência doméstica, têm o recurso de ir à Delegacia da Mulher ou direto no Comando. Ela pode até solicitar um acompanhamento clínico ao seu marido, mas como destaca a psicóloga Maria Carmem, "a pessoa, para fazer um tratamento psicológico tem que estar querendo. A esposa pode pedir e seu marido chegar lá contra a vontade e acabar mudando de idéia. Ou ele pode não querer mesmo fazer o tratamento. Às vezes ele pede para ir para a rede, porque não quer se tratar com um profissional do corpo clínico da PM".

Durante o movimento grevista da PM mineira, muitos policiais denunciaram os baixos salários e as péssimas condições de vida. Sobre essa questão, Maria Carmem Patrocínio afirmou que "a polícia mineira é considerada modelo no Brasil. Aqui a gente não tem muita corrupção, porque eles são muito disciplinados. Nós que estamos lá dentro vemos as pessoas tentando fazer as coisas seriamente. Mas eu acho que um chefe de família, que trabalha tanto e se esforça tanto, tem que dar conta da família dele. Isso é importante para os homens. É importante para quem trabalha. E realmente a polícia estava muito esquecida, não só em termos de salário, mas também em termos de equipamento. Fica difícil para o pessoal segurar o trabalho na rua, com esse problema acontecendo já há algum tempo".

Para explicar melhor essa situação, ela cita a pesquisa feita na Fundação João Pinheiro, sobre a influência das condições socio-econômicas nos atos de violência na rua. "Ficamos espantados com o que a pesquisa revelou: eles estavam muito cansados, trabalhando em outros empregos, ficando horas em pé, dormindo só 3 a 4 horas por noite e isso há mais de um ano. Eles estavam no limite da exaustão. E estavam aguentando, mas aí teve aquele aumento diferenciado".

Do ponto de vista psicológico, ela analisa a greve da PM repetindo Freud. "Quando Freud analisa a Psicologia de Grupos e, em particular, o grupo militar,

ele fala que o que mantém o grupo unido e funcionando é essa ilusão de que o "pai", no caso o Comandante, gosta de todos de maneira igual. Quando veio o aumento diferenciado, só para os oficiais, entornou tudo". Repetindo a injustiça que existe na sociedade, onde poucos ganham muito e muitos ganham poucos esse aumento diferenciado na PM acabou por quebrar a coesão do grupo. "Toda mudança vem através de crises e eu acho que essa crise, se não surgisse agora, por causa de aumento salarial, poderia aparecer depois, por outra coisa. Na verdade, a Polícia existe para servir a sociedade que está sofrendo mudanças. Então esse órgão que cuida da segurança vai ter que acompanhar as mudanças. Como a organização é grande, a coisa fica traumática, mas é um reflexo das mudanças. A greve não foi só por dinheiro".

Questionada sobre a estrutura interna da PM, classificada recentemente de medieval pelo diretor da OAB, Ronaldo Garcia, Maria Carmem reforçou que "o meio militar sempre vai ter disciplina e hierarquia. São os pilares. E quando os homens entram na PM eles aceitam estes pilares. Mas é lógico que existem situações de maior tensão por causa dos regulamentos militares, que são padrões e devem ser seguidos por todos. Nós temos 40 mil homens e não podemos ficar olhando casos especiais".

E ela não acredita que o povo tenha medo da Polícia. "Em outros centros urbanos a Polícia é mais violenta mesmo, inclusive pela heterogeneidade. Mas no interior, a Polícia tem uma ação muito integrada na comunidade. Não sei se existe todo esse medo, porque a população foi muito solidária ao movimento da PM. E isso não é à toa. Tem uma fatia da população que gosta da Polícia, inclusive porque ela é chamada para resolver problemas de relacionamento familiar, principalmente envolvendo alcoolismo". Maria Carmem concorda que isso acaba sobrecarregando a Polícia, já que o Estado não cumpre a sua parte. E cita exemplos: a Polícia é chamada para fazer trabalho de parto, para transportar doentes para os hospitais, etc. "Mas a população gosta da Polícia sim. Sabe a diferença que é ter um policiamento no bairro em que mora. Quem não gosta de polícia são os intelectuais. E tem um passado muito recente de ditadura militar".

Diante desse quadro interno Maria Carmem ressaltou que a Psicologia na Polícia Militar é uma novidade. Não existe literatura sobre a atuação da Psicologia nos meios militares, pelo menos no Brasil, informa ela. E pensando nisso, os psicólogos da PM de Minas Gerais se reúnem mensalmente para discutir os problemas e as experiências, em grupos de estudo. Participando do grupo sobre "Violência, homicídio e desvio de conduta", ela diz que o objetivo é produzir material específico, que possa ajudar outros profissionais da área, até mesmo em outros estados.

É a mesma motivação que a leva ao mestrado e ao término de sua tese, previsto para maio do próximo ano. "A orientação da Universidade é muito importante e eu quis fazer este trabalho pela questão da interlocução. A violência é um problema da atualidade e como existem vários estudos paralelos que permeiam a questão da violência é interessante essa interlocução. A Academia é um espaço importante para se fazer uma pesquisa social. Foi uma boa oportunidade e acho mesmo que nós vamos ter que fazer muita pesquisa lá dentro, para que possamos trabalhar. Temos que organizar o conhecimento para lidar com ele melhor. Espero que esse trabalho seja importante tanto para a Polícia quanto para os psicólogos" conclui.

M E M Ó R I A

Com nosso pesar, comunicamos que a psicanalista, psicóloga e psicodramatista Léa Porto faleceu no dia 19 de maio passado, em acidente automobilístico, quando retornava de Juiz de Fora. Para homenageá-la, o JP publica um texto da psicóloga e psicodramatista pela SBPDGP, Tereza Christina Melo Castro, fundadora e diretora do Núcleo de Psicodrama Léa Porto.

Léa de Araújo Porto ÚLTIMA CENA

Léa de Araújo Porto, Psicanalista, Psicóloga, Psicodramatista invejável, amiga, competente, amorosa e mestra de muitos.

Quantos de nós tivemos a sorte de conviver com ela aprendendo lidar com o SER chamado "cliente",... não naquilo em que ele é falto, mas naquilo que lhe resta, que lhe sobra para ser aproveitado. Um SER evolutivo, que se deixamos, poderá reassumir seu próprio destino e sua relação com o mundo.

E como psicoterapeutas, nos ensinou a sermos nós mesmos nas possibilidades, limites e criatividade.

Eis sua fala para formandos em Psicodrama :

"... Ai então, entra uma coisa grandiosa - o amor. O terapeuta que recolhe, esconde, limita, nega esta centelha energética, esta corrente de energia que vibra dentro dele e não a troca com seu paciente, em vão faz teatro. Ele precisa acreditar no que faz e ser honesto consigo mesmo, para poder ser terapeuta efetivamente.

...Falo também de raiva, de desespero, de angústia, de tristeza, de irritabilidade e tudo o mais que um ser humano pode viver e que tenha à disposição do paciente, para trocar com ele, para permitir a ele de SER em totalidade, inteiramente"...

Ao Núcleo de Psicodrama Léa Porto, alegremente, concedeu seu nome, dedicação, apoio. Sua obra permanece imortal em nós e em todos os outros "nós", seus "filhos sublimados", como dizia.

Nos resta seguir e não nos deixar consumir nos problemas de nossa trajetória, de nossa época, compartilhando o legado através do exercício da profissão de psicodramatistas.

De resto, fica gravada a última cena de estar com Léa:

*No alto da Colina o sol brilha intenso
Sua última luz sobre o caixão.
E juntos, juntinhos, se apagam:
O sol atrás do monte,
Léa ao fundo do chão.
Último tributo que a natureza lhe prestou, ... ouvi alguém dizer.*

Léa de Araújo Porto nasceu em São João de Nepomuceno, Minas Gerais, em 16.05.1924.

Estudou no Grupo Escolar e na Escola Normal de sua cidade até o segundo ano de adaptação, vindo para Belo Horizonte onde fez o curso Normal. Voltou para São João Nepomuceno, novamente nomeada para o Grupo Escolar Noturno.

Léa deixou o Grupo Escolar por motivo de saúde. Nesta época, mais ou menos em 1947, e em sua reclusão escreveu o livro "Minha janela" publicado em 1992.

Mais tarde, abriu uma escola infantil em sua própria casa: "Jardim de Infância Coelho Branco" com apenas uma turma de 20 crianças de 4 a 5 anos. Começou a interessar-se pelo estudo especializado da criança e, já nesse tempo estudava Lourenço Filho e testava a capacidade de seus alunos na aptidão para

a aprendizagem da leitura e da escrita, enviando relatórios ao Grupo Escolar onde eles iam estudar depois. Fez curso especializado de Literatura Infantil, Artes e Recreação em Belo Horizonte com a finalidade de aprimorar sua Escola Infantil.

Em 1960 mudou-se para Belo Horizonte com seus pais e a irmã mais nova. Estagiou no Serviço de Seleção Profissional da Secretaria de Educação e foi convidada a participar como psicóloga contratada pela Secretaria do Interior (Departamento Social do Menor) no Centro de Recepção de Menores Abandonados.

Foi Diretora Ortopedagógica do mesmo serviço. Nesta ocasião foi convidada pela psicóloga Maria Silvia Machado, recém-chegada da Bélgica e da França, para participar de sua equipe na organização da primeira clínica particular de Psicologia de Belo Horizonte: Centro-Médico-Psicopedagógico. Mais tarde este centro passou a chamar-se Instituto Psicopedagógico de Minas Gerais, do qual Léa foi sócia e Diretora, tendo sob sua responsabilidade o Setor de Psicologia e Psicoterapia Infantil.

Formou-se pela Faculdade Católica de Minas Gerais - Instituto de Psicologia (hoje Pontifícia Universidade Católica de MG) em 1966.

Especializou-se em Psicoterapia Infância Juvenil, sendo didata em Psicodrama pela Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama. Foi Presidente Nacional e Regional da SBPDGP em Belo Horizonte por várias vezes, além de atender em seu consultório particular.

Sobre a sua opção pela Psicologia, Léa Porto falou: "Cursando a Psicologia fui ao encaço de minhas respostas. Estudos sobre a psicologia evolutiva, o desenvolvimento da criança normal e de sua patologia levaram-me à clínica infantil, a trabalhar no diagnóstico e orientação aos pais e professores, à especialização de ensino para os excepcionais, ministrando aulas a professores em cursos de especialização na Fazenda do Rosário, levantando pesquisas no campo do aprendizado dos alunos dali, organizando escolas da APAE, levantando classificação de alunos e organização de classes com didática especializada, especializando no ensino da leitura e da escrita para crianças disléxicas, participando enfim em equipe interdisciplinar composta de médicos, psicólogos, pedagogos e professores, assistentes sociais, etc."

Participou de Seminários de Sensibilização a Dinâmica de Grupos e Aperfeiçoamento em Psicodrama, na Fazenda do Rosário-Ibirité - dirigidos pelo Dr. Pierre Weil professor da Universidade Federal de MG e Dra. Anne Ancelin Schutzenberger da "Université de Nice" e membro do "Groupe Français d'Études de Sociométrie, Dynamique des Groupes e Psychodrama". Tornou-se grande amiga de Anne Ancelin, inclusive recebendo-a em sua casa no Retiro das Pedras.

Trabalhou com Helena Antipoff nas Escolas da Fazenda do Rosário, ministrando aulas no Curso de Educação Emendativa; ali também dirigiu o departamento de psicologia e promoveu uma pesquisa sobre

os métodos especiais de ensino da escrita e da leitura em deficientes mentais, quando era Presidente da Sociedade Pestalozzi o Dr. João Franzem de Lima.

Ministrou o curso de Especialização autorizado pelo MEC, de Psicoterapia Infância-Juvenil no CES (Centro de Estudos Superior de Juiz de Fora) e outros. Foi também especialista em psicoterapia de grupo com crianças, adolescentes e adultos.

Fez 5 anos de curso no "Instituto de Estudos Psicoterapêuticos", além de cursos de Psicologia Transpessoal e especialização em Cosmodrama com o Dr. Pierre Weil.

Como aprimoramento pessoal foi cliente do Dr. Djalma Teixeira de Oliveira em Belo Horizonte e do Dr. Bernardo Blay Neto em S.Paulo, participando de psicoterapias individual e de grupo terapêutico e didático.

Excelente supervisora em psicoterapias de crianças, adolescentes e adultos, estava sempre disponível e nos recebia em sua residência.

Ativa participante em congressos, notadamente em Congressos de Psicodrama no Brasil e Argentina, quando sempre apresentava temas livres de real importância e beleza técnica.

Foi homenageada várias vezes - poucas no meu entender - como Sócio Benemérito da SBPDGP de Juiz de Fora, Sócio Benemérito da SOBRAP Regional Belo Horizonte e Presidente de Honra da mesma Sociedade. Homenageada também, singelamente, como "Vó do Grupo" pelo Núcleo de Psicodrama Léa Porto por ocasião da primeira turma de formandos.

Nem sempre sua vida foram flores... Alguns fatos a marcaram profundamente, não só na área profissional como na vida particular. Ela dizia serem "sinais" para que se retirasse de algumas de suas atividades.

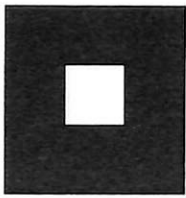
Estava sempre pronta para perdoar e tirar o lado bom dos acontecimentos e nunca se importou que se pegasse carona em sua fama. Adoeceu, venceu um câncer e depois morreu acidentalmente.

"Só isto mesmo conseguiria tirá-la do trabalho"... foi também um comentário que ouvi.

Sua Biblioteca Particular - grande tesouro - foi cedida ao Núcleo de Psicodrama Léa Porto, que se encarrega de organizá-la para, através de patrocínios, torná-la disponível para consultas aos profissionais que dela necessitem e centro de atividades Científicas Culturais e Artísticas do Núcleo.

Seus documentos inéditos também estão sob nossa guarda e nos esforçaremos para publicar seu livro sobre Psicodrama.

Uma galeria será montada na Biblioteca contendo fotos, documentos e objetos pessoais de Léa.



Aos Psicólogos

Prezado(a) Colega,

Tendo em vista a frequência de pedidos de orientação e denúncias que nos chegam dos psicólogos e da comunidade em geral acerca da utilização das práticas emergentes aliadas às técnicas da psicologia, consideramos de fundamental importância esclarecer novamente que essas práticas não podem ser vinculadas a prática do psicólogo, uma vez que elas ainda não obtiveram o seu reconhecimento científico. Faz-se necessário então elucidar alguns pontos referentes a normatização vigente e os critérios para o reconhecimento de uma técnica como sendo do campo da Psicologia. São eles:

1. De acordo com a Lei 4.119, que regulamenta a profissão do Psicólogo, no artigo 13, § 1º está determinado que: “Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.”

e ainda na Resolução 004/86 que institui a Consolidação das Resoluções está colocada a conceituação dos termos utilizados acima, quais sejam:

“I- Método - conjunto sistemático de procedimentos orientados para fins de produção e/ou aplicação de conhecimentos.

II -Técnica - entende-se como toda atividade específica, coerente com os princípios gerais estabelecidos pelo método.

III-Métodos Psicológicos - conjunto sistemático de procedimentos aplicados à compreensão e/ou intervenção em fenômenos psíquicos nas suas interfaces com os processos biológicos e sócio-culturais, especialmente aqueles relativos aos aspectos intra e interpessoais. (...)”.

2. No Código de Ética Profissional, em seu artigo 01:

“São deveres fundamentais do Psicólogo (...)

- c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional;
- (...)”.

3. Ainda no Código de Ética Profissional em seu artigo 38:

“É vedado ao Psicólogo (...)

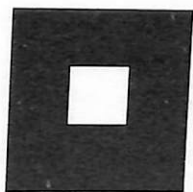
- d) Propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional;
- (...)”.

4. No artigo 30 do mesmo Código de Ética Profissional o cuidado necessário ao se realizar estudos e pesquisas na prática profissional está bem explicitado, pois ele determina que:

“Ao psicólogo, na realização de seus estudos e pesquisas, bem como no ensino e treinamento, é vedado:

- a) Desrespeitar a dignidade e a liberdade de pessoas, ou grupos envolvidos em seus trabalhos;
- b) Promover atividades que envolvam qualquer espécie de risco ou prejuízo a seres humanos ou sofrimentos desnecessários para animais;
- c) Subordinar investigações a sectarismos que viciem o curso da pesquisa ou seus resultados;
- d) Conduzir pesquisas que interfiram na vida dos sujeitos, sem que estes tenham dado o seu livre consentimento para delas participar e sem que tenham sido informados de possíveis riscos a elas inerentes;

Parágrafo Único - Fica resguardado às pessoas envolvidas o direito de ter acesso aos resultados das pesquisas ou estudos, após o seu encerramento, sempre que assim o desejarem.”



5. É necessário ainda esclarecer que as técnicas não reconhecidas pela comunidade científica, conseqüentemente pela Psicologia precisam, primeiramente, ser registradas enquanto pesquisa junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, respeitando a regulamentação do Conselho Nacional de Saúde, de acordo com o disposto na Resolução 196/96 que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos.
6. Após o registro e efetiva realização da pesquisa, a mesma deve ser apresentada à comunidade científica para verificação desses resultados e sua aceitação ou não como sendo do campo científico.
7. Mesmo com toda a regulamentação já existente quanto ao reconhecimento de uma técnica como sendo do campo da Psicologia ou não, o Conselho Federal de Psicologia com o objetivo de melhor esclarecer à categoria e a partir da discussão realizada no II Congresso Nacional da Psicologia considerou de extrema importância a emissão de mais duas resoluções que tratam respectivamente do estabelecimento de critérios, divulgação, publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia (Resolução 010/97) e a disposição sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia (Resolução 011/97).

As Resoluções 010/97 e 011/97 seguem em anexo para uma melhor leitura por parte do colega e as outras citadas encontram-se na Legislação pertinente à categoria, a disposição de todos os interessados na sede deste Conselho.

Esses esclarecimentos se fazem necessários, uma vez que a legislação não parece estar muito clara para toda a categoria. É importante salientar que não queremos com isso inviabilizar a descoberta de novos métodos e técnicas que venham contribuir para a saúde mental das pessoas. Muito pelo contrário, e de acordo com o próprio Código de Ética Profissional, que tem como um dos princípios fundamentais do exercício profissional por parte do psicólogo o trabalho, "(...) visando promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo(...)", queremos propiciar o diálogo e a interlocução quanto a essas novas descobertas e oferecer informações e subsídios que facilitem o reconhecimento das mesmas.

Como já foi dito anteriormente, o objetivo aqui é o de esclarecer e não o de condenar, julgar ou discriminar técnicas não reconhecidas pelo campo da Psicologia. Queremos sim indicar, àquelas que tenham como princípio o trabalho sério e o reconhecimento enquanto uma técnica científica, o endereço adequado onde tal reconhecimento se dará. O que não podemos é compactuar com práticas que sejam contrárias aos princípios de ética e saúde que a Psicologia visa atingir. É função do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe e assim ele o fará. Contamos com a colaboração de todos os profissionais na divulgação e respeito às técnicas que fazem parte do campo da psicologia, pois dessa forma estaremos contribuindo também para o respeito, seriedade e fortalecimento da nossa profissão.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Endereço da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde
Bloco G - Anexo - Ala B - 1º Andar - Salas 128 a 147
CEP 70058-900 - Brasília - DF
Telefones para contato:
(061) 315-2150 / (061) 315-2151 / (061) 225-6672 / (061) 226-8803

Belo Horizonte, 30 de julho de 1999

Atenciosamente,

**CÂMARA DE ÉTICA PROFISSIONAL
CÂMARA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
CRP/04**

**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIÃO**

Rua Timbiras, 1532/6º Andar - Lourdes - CEP 30.140-061 - Belo Horizonte MG (031) 213-6767
Rua Des. Sampaio, 40/301 - Ed. Top Center - Praia do Canto - CEP 29.055-250 Vitória ES (027) 324-2806
Rua Alaor Prata, 23/605 - Ed. Os Bandeirantes - Centro - CEP: 38.010-050 - Uberaba MG (034) 312-5694
Rua Barão do Rio Branco, 2679/810 - Ed. Stela Central - CEP: 36.100-011 - Juiz de Fora MG (032) 215-6779
Rua Comendador José Garcia, 239/202 - Centro - CEP: 37.550-000 - Pouso Alegre MG (035) 423-8382

RESOLUÇÃO CFP nº 010/97
de 20 de outubro de 1997

Emenda: Estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia,

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a divulgação do exercício profissional associado às técnicas em desacordo com os critérios científicos estabelecidos pela Psicologia;

CONSIDERANDO as propostas discutidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - É permitido ao psicólogo, no exercício profissional, na divulgação e publicidade, através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou ao exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

Art. 2º - As técnicas e práticas ainda não reconhecidas pela Psicologia poderão ser utilizadas no exercício profissional, enquanto recursos complementares, desde que:

I) estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

II) respeitem os princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III) o profissional possa comprovar junto ao CRP a habilitação adequada para desenvolver aquela técnica; e

IV) o cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

Art. 3º - A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 4º - Caberá aos Conselhos Regionais orientar, disciplinar e fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto nesta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFP nº 29/95 de 16/12/95 e 16/94 de 03/12/94.

Brasília, 20 de outubro de 1997

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO CFP nº 011/97
de 20 de outubro de 1997

Ementa: Dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia.

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as pesquisas com técnicas e métodos não reconhecidos pela Psicologia;

CONSIDERANDO as propostas debatidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Todo psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da Psicologia, deverá ter protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la.

Art. 2º - É vedado ao psicólogo pesquisador receber, a qualquer título, honorários da população pesquisada. Parágrafo único - A população pesquisada dará o seu consentimento expresso para participar da pesquisa, ficando vedada qualquer forma de remuneração do pesquisado.

Art. 3º - O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da psicologia dependem da ampla divulgação dos resultados, derivados de experimentação, e reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão das pesquisas.

Art. 4º - As pesquisas em andamento adequar-se-ão a esta Resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1997

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente